



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CAMPUS GRAJAÚ  
CURSO INTERDISCIPLINAR DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS-  
GEOGRAFIA

**CLEIANE FEITOSA DE ALMEIDA**

**MINERAÇÃO, TRIBUTAÇÃO E ILUSÃO DE GRANDEZA: IMPACTOS  
SOCIOECONÔMICOS DA EXTRAÇÃO DE GIPSITA E DA PRODUÇÃO  
GESSEIRA EM GRAJAÚ/MA.**

GRAJAÚ – MA  
2016

CLEIANE FEITOSA DE ALMEIDA

**MINERAÇÃO, TRIBUTAÇÃO E ILUSÃO DE GRANDEZA: IMPACTOS  
SOCIOECONÔMICOS DA EXTRAÇÃO DE GIPSITA E DA PRODUÇÃO  
GESSEIRA EM GRAJAÚ/MA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Geografia pela Universidade Federal do Maranhão Campus Grajaú, como requisito para obtenção de nota para obtenção do título de licenciada.

Orientador: Luciano Rocha da Penha.

GRAJAÚ – MA  
2016

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Feitosa de Almeida, Cleiane.

Mineração, tributação e ilusão de grandeza : impactos socioeconômicos da extração de gipsita e da produção gesseira em Grajaú/MA / Cleiane Feitosa de Almeida. - 2016.

61 p.

Orientador(a): Luciano Rocha da Penha.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Geografia, Universidade Federal do Maranhão, Grajaú/MA, 2016.

1. Mineração. 2. Retorno social. 3. Tributação. I. Rocha da Penha, Luciano. II. Título.

CLEIANE FEITOSA DE ALMEIDA

**MINERAÇÃO, TRIBUTAÇÃO E ILUSÃO DE GRANDEZA: IMPACTOS  
SOCIOECONÔMICOS DA EXTRAÇÃO DE GIPSITA E DA PRODUÇÃO  
GESSEIRA EM GRAJAÚ/MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Geografia pela Universidade Federal do Maranhão Campus Grajaú, como requisito para obtenção de nota para obtenção do título de licenciada.

**Data de Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Me. Luciano Rocha da Penha  
Orientador  
(UFMA/ Campus de Grajaú)

---

Prof. Me. Alexandre Peixoto Faria Nogueira  
(UFMA/ Campus de Imperatriz)

---

Prof. Me. Samir Araújo Casseb  
(UFMA/ Campus de Grajaú)

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por essa conquista, agradeço também a aqueles que me apoiaram, os membros de minha família, principalmente minha mãe Edileusa Alves Feitosa e meu pai José Araújo de Almeida, o qual agradeço por ser um pai e um homem admirável, trabalhador e que sempre buscou sustentar e educar seus filhos para que pudessem viver dignamente.

Gostaria de agradecer ao meu grupo de amigos que se tornou uma segunda família durante o curso, família esta que sempre levarei em minha memória, pois estiveram sempre me apoiando e ajudando nos momentos de dificuldades, tanto na vida pessoal quanto na vida acadêmica, além de proporcionar momentos de alegria, agradeço a vocês, Késse Arruda, Vanessa Dias, Ildeane Rodrigues, Carlos Antonio de S. Lima, Camila Freitas, Edinária Nascimento, a qual se dispôs a me acompanhar durante as pesquisas de campo.

Agradeço também aos professores e educadores, por fazerem de sua arte um meio de elevação intelectual de seus educandos. Entre eles, meu professor e orientador Luciano Rocha da Penha.

*E é através do processo de produção que o homem transforma a natureza a fim de garantir sua sobrevivência ou de aumentar sua riqueza.*

*Milton Santos*

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Estados componentes da Amazônia Legal	29
Mapa 2 – Municípios de maior produção lavrável de gipsita no estado do Maranhão	39
Mapa 3 – Situação geográfica da distribuição espacial das fábricas de gesso em Grajaú	42

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Empresas de produção de gesso no município de Grajaú	43
Quadro 2 – Estados brasileiros que se destacaram em área lavrável de gipsita em 2009	49
Quadro 3 – Municípios maranhenses que apresentaram área lavrável de gipsita em 2004	50
Quadro 4 – Municípios maranhenses que apresentaram área lavrável de gipsita em 2005	50
Quadro 5 – Municípios maranhenses que apresentaram área lavrável de gipsita em 2006	51
Quadro 6 – Municípios maranhenses que apresentaram área lavrável de gipsita em 2007	51
Quadro 7 – Municípios maranhenses que apresentaram área lavrável de gipsita em 2008	51
Quadro 8 – Municípios maranhenses que apresentaram área lavrável de gipsita em 2009	51
Quadro 9 – Municípios maranhenses que apresentaram área lavrável de gipsita em 2010	51
Quadro 10 – Porcentagem sobre as formas de pobreza em Grajaú	52

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Opinião dos moradores sobre a importância das mineradoras e das fábricas de gesso	46
Gráfico 2 – Opinião dos moradores sobre os investimentos em saúde, educação e saneamento com os impostos oriundos da extração de gipsita e da fabricação de gesso	47
Gráfico 3 – Opinião dos moradores sobre a mão-de-obra absorvida pelas fábricas de gesso	48
Gráfico 4 – Opinião dos moradores sobre o uso do gesso pela população grajauense	48

## SIGLAS

SUDAM – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia

ADA – agência de Desenvolvimento da Amazônia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

IDHM – Índice de desenvolvimento Humano Municipal

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

AMB – Anuário Mineral Brasileiro

## RESUMO

O município de Grajaú se destaca dentro do estado do Maranhão por suas atividades em extração mineral, mais precisamente de gipsita, bem como pela produção de gesso e transformação deste por parte das fundições as quais são responsáveis pela produção de placas, blocos e tijolos nesse município. Podendo essas atividades ser capazes de gerar movimento econômico, podendo, além disso, ser de grande valia para o desenvolvimento social, uma vez se tratando de um recurso não renovável, a contribuição pela perda permanente do mesmo se apresenta enquanto a única uma forma de compensação pela exploração desse recurso natural, diante disso, viu-se uma necessidade em entender acerca de um possível retorno desses valores dentro da sociedade através de investimentos por parte do governo como forma de desenvolvimento. Para que se pudesse chegar às respostas, a metodologia utilizada foi estudo teórico, sucessivas pesquisas de campo, com entrevistas de caráter não estruturado para alguns dos responsáveis pela administração do município, bem como um questionário para alguns membros da população, além de análise de dados a partir do IDHM e do Índice de Desigualdade e Pobreza do município através do IBGE, como forma de apresentar acerca da qualidade de vida da população. Essa pesquisa teve por principal objetivo apresentar resultados acerca do retorno dos valores tributários para o município em forma de investimento na sociedade.

**Palavras chave:** Mineração. Tributação. Retorno social.

## ABSTRACT

The city of Grajaú stands out in the State of Maranhão for its activities in mineral extraction, more precisely, gypsum plaster production and transformation of this by the foundries which are responsible for the production of plates, blocks and bricks in this municipality. These activities may be able to generate economic movement, but may also be of great value to social development, once it comes to a non-renewable resource, the contribution by the permanent loss of the same presents itself as the only a form of compensation for the exploitation of this natural resource, we saw a need to understand about a possible return of these values within society through investments by the Government as a means of development. So if I could get to the answers, the methodology used has been theoretical study, successive field research, with non-structured interviews for some of those responsible for municipal administration, as well as a questionnaire to some members of the population, and data analysis from IDHM and Inequality Index and municipal poverty by IBGE, as a way to present about the population's quality of life. This research had the main objective to present results about the return of tax values for the municipality in the form of investment in society.

**Keywords:** Mining. Taxation. Social return.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>100</b>
<b>CAPÍTULO 1: O PAPEL DA GEOGRAFIA ECONÔMICA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA .....</b>	<b>144</b>
1.1 Os Caminhos Da Geografia Econômica.....	144
1.2 Uso e Transformações do(s) Território(s) .....	244
<b>CAPÍTULO 2: MINERAÇÃO, TRIBUTAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL. ....</b>	<b>287</b>
2.1 Uma sucinta discussão acerca das questões minerais. ....	287
2.2 tributos oriundos da exploração mineral no Brasil.....	333
2.3 Os efeitos do processo da exploração de recursos minerais: meio ambiente e desigualdade social .....	377
<b>CAPÍTULO 3: EXTRAÇÃO, PRODUÇÃO E O NÃO RETORNO SOCIAL E ECONÔMICO PARA GRAJAÚ. ....</b>	<b>400</b>
3.1 A ilusão sobre a grandeza mineral .....	400
3.2 A não tributação e a pobreza .....	533
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>566</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>577</b>
<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>600</b>
<b>APÊNDICE B .....</b>	<b>611</b>

## INTRODUÇÃO

A Amazônia Legal<sup>1</sup> brasileira nos últimos 40 anos, vem se configurando enquanto exportadora de minerais, tanto do ponto de vista nacional, quanto do ponto de vista do mercado mundial. Esse tipo de investimento por sua vez, fez e faz com que os espaços geográficos passem a ganhar novas configurações/contornos e dinamismos com as atividades de extração, transformações locais e circulação das mercadorias. Por mais que as crises cíclicas (como é destacado por Kondratieff (1935) apud Egler (1994) acerca do comportamento do sistema capitalista) do capitalismo neoliberal estejam em alta, a economia mineral tem tido o seu “boom”, uma vez que o estado brasileiro tem realizado parte desses ajustes para as *benesses* de empresários e para as empresas em detrimento da compensação financeira com benefícios sociais.

Isso pode ser verificado a partir das pesquisas e resultados com relação à extração e exportação do ferro, a partir da empresa Vale e os resultados sociais drásticos para a população do município de Parauapebas, localizado do sudeste do estado do Pará, onde a mina de ferro Carajás está localizada, como também nos municípios ao entorno do referido município, como podemos perceber nas discussões de Palheta da Silva (2013).

Quando se pensa e se pesquisa outras extrações minerais, podem-se verificar efeitos negativos à sociedade mais próxima da mina extrativa, efeitos esses que vão desde a transformação física, que abrange tanto as questões das mudanças espaciais e desigualdade socioespaciais, quanto ambiental, tendo como principal fim a acumulação de capital, por isso, ver-se a necessidade de uma arrecadação por parte do governo, afim de que possa haver garantias de benefícios à população, porém, tal compensação nem sempre se dá da maneira esperada, pois a arrecadação feita pode não ser garantia de retorno social. Dessa forma, o tema dessa pesquisa volta-se às questões da extração mineral, objetivando o conhecimento acerca de uma suposta compensação financeira a partir da extração de gipsita e da transformação em placas de gesso no município de Grajaú.

---

<sup>1</sup> A Amazônia Legal é formada pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima, Pará e Tocantins que fazem parte da região Norte do Brasil, Mato Grosso, que faz parte da região Centro Oeste, e boa parte do Maranhão o qual pertence à região Nordeste.

O recorte temporal foi a análise socioeconômica da referida atividade econômica dos anos de 2003 a 2009, a partir do Anuário Mineral Brasileiro de 2004 ao Anuário Mineral Brasileiro de 2010.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar de que forma a compensação financeira da extração de gipsita e das transformações em placas de gesso trouxeram de benefícios sociais e econômicos para o Município de Grajaú. Os objetivos específicos foram: a) entender de que forma a extração de gipsita é realizada e verticalizada no município de Grajaú; e, b) explicar como funciona a forma de tributação municipal, se é convertida em retorno social para a população de Grajaú. A partir disso, perguntou-se: de que forma a compensação financeira da extração de gipsita e das transformações em placas de gesso trouxeram de benefícios sociais e econômicos para o Município de Grajaú? Onde se encontra a riqueza do referido Município?

A hipótese formulada foi: a alta atividade de extração de gipsita no município de Grajaú, não trouxe benefícios sociais e econômicos para a população deste município, uma vez que os indicadores socioeconômicos da população de Grajaú como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal– IDHM estão abaixo dos índices regional, estadual e nacional, além de que o índice de desigualdade e pobreza são relativamente altos.

## **JUSTIFICATIVA**

O município de Grajaú dentro de alguns anos vem atraindo algumas atividades econômicas pautadas na exploração de recursos naturais, a exemplo da monocultura de eucalipto, das carvoarias, da produção de soja e na extração mineral, mais precisamente da gipsita.

Esse minério se apresenta enquanto elemento indispensável à construção civil, além de outras categorias do trabalho, como na produção de determinados materiais como placas, blocos etc. Esse recurso pode ser capaz de gerar uma movimentação econômica principalmente dentro do município, além da exportação do mesmo para outras cidades e estados do Brasil. As empresas de exploração desse minério no município passaram a se localizar no Setor Industrial de Grajaú, pois grande parte das chamadas fundições encontrava-se localizadas dentro da área urbana do município, o que causou uma preocupação por parte do órgão público, alertando aos proprietários das mesmas através do envio de uma ordem em

que todas essas empresas deveriam ser retiradas da área urbana e então passassem a atuar na área reservada (Setor Industrial de Grajaú) e considerada apropriada às suas produções, porém, mesmo com essa ordem de mudança, durante nossa pesquisa, ainda foram encontradas algumas empresas em atividade na área urbana.

Analisando as etapas das atividades voltadas para o gesso (tanto no processo da extração quanto da realização da produção de placas, blocos, entre outros.), é perceptível que as mesmas necessitam de uma quantidade significativa de mão de obra (principalmente para a população economicamente ativa masculina), dessa forma, compreende-se que a cadeia produtiva do gesso pode implicar conseqüentemente na geração de emprego e renda, para muitos moradores do município.

A partir da possível influência para o desenvolvimento social do município de Grajaú, surgiu o interesse e a curiosidade em saber se de fato os valores tributários oriundos das atividades do gesso são aplicados em prol de desenvolvimento social e melhoria da qualidade de vida da população grajauense.

Para isso, foi feito levantamento de dados, uma vez que tais empresas devem fazer o pagamento de impostos para o governo e este deve aplica-los dentro da sociedade como forma de compensação pela exploração, uso, e perda permanente desse recurso natural.

## **METODOLOGIA**

Para que pudéssemos chegar aos resultados cerca das atividades da mineração com possível retorno social para o município de Grajaú, um levantamento teórico foi indispensável, destacando a visão de alguns autores como: Altvater 1995; Andrade 1971; Claval 2005; Harvey 2005; Palheta da Silva 2013; Santos 2000, entre outros, afim de um aprofundamento em nossa pesquisa, apresentando acerca das questões econômicas, territoriais e tributárias, como forma de se entender Grajaú. Seguido de sucessivas pesquisas de campo como forma de arrecadação de dados, foi feita pesquisas de campo na Secretaria de Indústria e Comércio de Grajaú, bem como na Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) para que se pudesse ter acesso aos dados sobre as empresas de extração e produção de gesso no município. Além disso, também foi aplicado um questionário para alguns dos moradores dos bairros ao entorno das fabricas que se localizavam e das que ainda estavam em funcionamento

na área urbana, afim de que se pudesse saber a visão dos mesmos acerca desse tipo de atividade e sobre o desenvolvimento social de Grajaú.

Buscamos, além disso, alguns dados disponibilizados no Anuário Mineral brasileiro de 2004 ao Anuário Mineral Brasileiro de 2010, para que pudéssemos ter acesso às produções mineral do município de Grajaú. Por fim, analisou-se a Lei nº 242/2013 denominado “Sistema Tributário Municipal e sobre as Normas Gerais e Especiais de Direito Tributário e Ambiental aplicável no município de Grajaú”.

Este trabalho está dividido em três partes além da introdução. No primeiro capítulo apresentou-se a relevância dos estudos sobre a Geografia Econômica como abordagem teórico-metodológica para que posteriormente se pudesse ter um entendimento da economia mineral, assim como acerca da questão territorial (is), sobre o uso e transformação do (s) mesmo(s) a partir das ações do homem, o qual age de acordo com seus interesses, mudando dessa forma o espaço, tanto por questões de sobrevivência, como pode buscá-los objetivando na geração e/ou a aumento de capital. Na segunda parte tratamos acerca das questões minerais e seus efeitos, bem como sobre as tributárias. Na terceira parte foi mostrado o panorama atual da economia mineral na Amazônia legal, destacando os estados do Pará e do Maranhão, mostrando-se a situação do minério de ferro em Carajás, e, fazendo a relação com a extração da gipsita e a produção dos derivados, como gesso, no estado do Maranhão e no município de Grajaú, que é o principal foco de nosso estudo. Na quarta parte fizemos um levantamento acerca da participação do município citado e do município de Codó no cenário nacional e regional afim de um comparativo acerca da questão extrativista, uma vez que este último destaca-se dentro do Estado do Maranhão enquanto maior produtor, deixando o município de Grajaú em segunda colocação, comparando desse forma a produção dos mesmos como forma de desmistificarmos a ideia de que Grajaú enquanto segundo maior polo gesseiro do Brasil, também foi mostrado como se comporta a extração da gipsita, e a produção do gesso no município de Grajaú e principalmente sua contribuição socioeconômica municipal.

## **CAPÍTULO 1: O PAPEL DA GEOGRAFIA ECONÔMICA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

De início, apresentaremos o papel e o desafio da Geografia Econômica diante da sociedade contemporânea, a qual se apresenta cada vez mais complexa e diversificada. Para que possamos entendê-la, será necessário que apresentemos alguns dos fatores responsáveis pelos caminhos tomados pela mesma, isto é, os fatores que ganharam destaque na sociedade causando transformações desta e mudando a forma de se estudar a geografia e o meio geográfico. Veremos adiante a visão de alguns autores como Claval (2005), Egler (1994), Harvey (2005), Raffestin (1993), Andrade (1971), entre outros, afim de aprofundarmos nossa pesquisa e conhecer os fatores que influenciaram na sociedade e que continuam a influenciar.

A partir disso, será abordado acerca dos aspectos tributários referentes às atividades de exploração e produção mineral, como objetivo de posteriormente compreendermos a realidade do município de Grajaú no estado do Maranhão, o qual se destaca por desenvolver atividades de extração de gipsita e produção do gesso, como veremos a partir dos AMB de 2004 a 2010.

### **1.1 Os Caminhos Da Geografia Econômica**

De acordo com Claval (2005), a Geografia Econômica teve seu surgimento na Alemanha no fim do século XIX, mais precisamente nos anos de 1850 com influência de Carl Ritter. Nesse período, o método utilizado era o descritivo, com isso, seguindo essa metodologia de estudo e pesquisa, este fez descrições de lugares diferentes. A partir disso, foi possível que se fizessem análises das características entre muitos espaços possibilitando uma avaliação das diferenciações entre regiões. Dessa forma, foi possível que se fizessem também distinções entre aqueles locais que no início do processo industrial já haviam entrado nesse meio, aqueles que não tinham aderido a essa lógica de desenvolvimento industrial, bem como os que ainda estavam caminhando para essa direção.

É importante enfatizar que essa caminhada foi proporcionada pelos passos dados pelo homem através do uso de novas técnicas, de forma cada vez progressiva, e por isso, a forma de se perceber as relações também passou por mudanças, como vamos perceber adiante em Schumpeter (1939) citado por Claval (2005) que teria formulado fases em que a partir das

mesmas podem ser percebidas algumas etapas da evolução das técnicas utilizadas pelo homem.

Claval (2005) no que se refere à questão de crescimento econômico cita Smith (1776) o qual havia em sua época destacado que: “(...) as riquezas das nações resultavam da vontade dos indivíduos, nas iniciativas dos empreendedores e do livre funcionamento dos mercados – “deixa fazer, deixa passar” (CLAVAL, 2005, p. 12), isto é, esse autor acreditava que a mobilização dos indivíduos fosse um dos elementos cruciais, bem como a ação dos empreendedores, e o livre funcionamento do mercado, o que marcaria o conjunto de fatores que resultaria no crescimento do capital no mundo.

Seguindo na questão do livre funcionamento do mercado, podemos afirmar que este nem sempre seria a melhor estratégia de desenvolvimento, mas, dependendo da realidade de cada época, tal método poderia de fato trazer bons resultados, como ocorreu na época em que Ricardo (1817) citado por Claval (2005), no que se refere à questão do livre comércio enquanto melhor alternativa de desenvolvimento, o que de fato foi uma política que deu certo até determinado momento, passando mais tarde a ser considerada responsável por uma crise fazendo com que o governo intervisse para resolver tal situação, como destaca Claval (2005).

Cada fase da história traz consigo peculiaridades, com a situação atual não é diferente, no caso do livre comércio não seria correto afirmar que Ricardo (1817) citado por Claval (2005) havia falhado ao acreditar ser o mesmo seria o melhor e o método mais eficaz, mas, vale ressaltar que novas estratégias são necessárias quando o mercado vem a se diversificar e avançar, pois tais transformações se dão pela necessidade que o sistema venha a apresentar. Harvey (2005, p. 43) cita que “O sistema capitalista, (...), incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos. O estado estacionário da reprodução simples é, para Marx, logicamente incompatível com a perpetuação do modo capitalista de produção”, com essa ideia, apenas reforçamos que o sistema capitalista tende a crescer, porém, em estado estático fica impossível sustentá-lo, pois somente investindo capital possibilitará no seu aumento progressivo.

Compreendemos que as relações sempre se deram de formas diferenciadas, e tais diferenciações se deram de acordo com as necessidades que surgiam em determinados momentos da história, diante disso, mostraremos adiante fases e mudanças afim de compreendermos como podem se dar as relações de produção para que posteriormente possamos destacar aspectos da atualidade e conhecermos quais os objetos estudados pela

Geografia Econômica diante de um mundo cada vez mais complexo e dinamizado. Dentro dessa realidade, cabe destacar as questões de desenvolvimento desigual entre países, regiões, estados e cidades, ou seja, as diferenças entre diferentes áreas espaciais, uma vez que existem aqueles lugares que são considerados enquanto desenvolvidos e aqueles considerados enquanto subdesenvolvidos como ressalta Andrade (1971).

No que se refere a essa questão, esse último autor cita que as diferenças não se dão somente entre países, mas dentro de um mesmo país existem desigualdades entre regiões, inclusive dentro daqueles considerados desenvolvidos, isto é, mesmo que exista um Estado que seja considerado enquanto desenvolvido, dentro do mesmo haverá alguma ou algumas cidade (s) que não irão se encaixar na condição dos desenvolvidos.

A causa dos avanços em que se deram e ainda se dão as divisões entre lugares, é devido aos processos e etapas em que o homem tende a se superar transformando de forma progressiva o modo de se trabalhar, bem como as ferramentas de trabalho, em que podemos destacar o uso da tecnologia e da técnica.

Quando Claval (2005) nos apresenta Ritter, um dos precursores da ciência geográfica, este através da descrição fez com que fossem percebidas as diferenças entre aqueles lugares que no início do processo industrial estavam ou não seguindo a lógica de investimento industrial por meio do uso de máquinas e técnicas diferentes, como já citado. Para aprofundarmos nessa questão da evolução das técnicas, Schumpeter (1939) novamente citado por Egler (1994), chegou a formular três ciclos, cada um desses apresentando em si etapas que foram marcantes, as mesmas ao serem apresentadas por esse autor em suas formulações nos possibilitou o conhecimento de alguns dos elementos que marcaram a história do processo de desenvolvimento, tanto dos meios de produção e as técnicas como elementos de principal influência.

Entre as formulações, o autor acima mencionado formulou somente três fases como já dito, seus seguidores denominados neo-schumpeteanos foram os responsáveis por dar continuidade a essa linha de estudos, e chegaram a formular mais um ciclo, fazendo, além disso, uma previsão do que supostamente marcaria o quinto ciclo.

Egler (1994) cita que:

Para Schumpeter, (...) foram a metalurgia do ferro e o tear mecânico no primeiro ciclo; a máquina a vapor, a ferrovia e o processo Bessemer de fabricação de aço no segundo; a energia elétrica, a indústria química e de materiais sintéticos e o início da



automobilística no terceiro. Os neo-schumpeterianos assumem o quarto ciclo nas inovações da indústria automobilística, petroquímica, aeronáutica e nuclear do pós-guerra e prevêem um quinto ciclo de inovações com base na metalúrgica, informática, biotecnologia e novos materiais para os anos futuros. (SCHUMPETER 1939 apud EGLER 1994, P.3)

Percebemos que o processo de crescimento e de desenvolvimento do meio industrial se dava de acordo com períodos de tempos, e cada um deles se diferenciava dos outros na medida em que novas descobertas foram surgindo, e o uso das técnicas se aperfeiçoava. Na medida em que o tempo se passava, mais complexo se tornavam esses equipamentos, por isso, compreendemos o porquê de o sistema capitalista no século atual depois de inúmeras formas e reformas ter se tornado tão vasto e complexo.

Além de serem percebidas as alterações que se davam nas formas de uso das técnicas, os ciclos são de importância significativa para compreendermos que o capitalismo não é estável, mas que mudanças se dão quando este encontra meios que o permite estender-se, esses meios se sustentam pela necessidade e capacidade que o sistema tem de se reinventar. Harvey (2005), apresenta que à medida em que houverem meios que possibilitem o investimento de capital com objetivo de acumulação (uma vez que este é o objetivo do sistema), mais haverá necessidade de investimento em insumos, sem que se esqueça de que não adiante somente a produção em si, mas também demanda para que possa se dar de fato o processo de produção de determinados produtos. Harvey (2005) a partir dessa questão cita:

Para que o mercado venha a crescer, há a necessidade de novos investimentos em máquinas e matéria prima necessária, em novas mercadorias, sem fugir da questão de demanda necessária, uma vez que a não existência desse último, impossibilitaria a prática da produção. (HERVEY, 2005, p. 55).

Todo esse processo em que ocasionou em um vasto sistema sustentado à medida que reaplicado de maneira progressiva, e que consegue se fortalecer com uma prática de consumo antes não conhecida, fez com que surgisse o termo globalização ou mesmo de mercado global para fazer referência à fase atual.

No que se refere ao uso da palavra globalização, Claval (2005) teria afirmado que:

O termo não é perfeitamente satisfatório, porque a internacionalização das trocas já havia sido iniciada nos tempos das grandes navegações. O específico da situação contemporânea é somente a rapidez das transferências de informação e a ameaça de desequilíbrios ecológicos profundos na escala mundial. (CLAVAL, 2005, p.18).

Mesmo com a revolução dos transportes e dos meios de comunicação resultando na transformação do espaço mundial, o autor acima citado teria discordado do uso do termo,

devido às relações mais antigas também abrangerem algo amplo, a diferença que se pode perceber atualmente são as relações existentes que se dão de forma cada vez mais acelerada de acordo com esse mesmo autor, isso seria o que diferenciaria a realidade atual da realidade de momentos passados, pois os anteriores também apresentavam trocas, uma vez que é uma prática que existe desde os tempos das grandes navegações, período este onde houve o crescimento de muitos lugares, ou melhor, das chamadas metrópoles, que através de seus expedidores se apoderavam de terras “encontradas” ou como geralmente é usado o termo terras “descobertas”. Assim como aconteceu Brasil, outras terras também se tornaram colônias europeizadas, tal termo refere-se logicamente aos países da Europa que foram os principais responsáveis pela expansão da economia mundial nessa fase, onde as colônias que eram dominadas e organizavam suas relações econômicas de acordo com os interesses das suas metrópoles, como destaca Andrade (1987).

A forma de exploração desses lugares se deva de acordo com as riquezas encontradas, por isso Andrade (1987) usa o termo colônia de exploração para caracterizar os principais tipos de relações, que se tornaram ainda mais fortes com a criação do Pacto Colonial que tinha por objetivo justamente fortalecer esse vínculo.

Então, nessa fase os fluxos de mercadorias eram bem menores e ocorriam de forma menos intensa, por isso, Claval (2005) defende que o termo globalização não seria o melhor e mais adequado, uma vez que globalização abrange algo amplo, e a situação da atualidade não se difere de certa forma das anteriores, pois assim como traz esse mesmo autor, o que tem de especial atualmente seria essa velocidade e os efeitos causados por esse crescimento comercial e industrial.

No que se refere ao aspecto comercial e sua (s) complexidade (s), Harvey (2005) ao destacar sobre a questão da acumulação deixa claro que vivemos em uma sociedade onde as coisas ocorrem de uma forma muito rápida, mas a explicação dada para esse fenômeno é que tal velocidade tem por consequência o fluxo constante de mercadorias com objetivo primeiro de acumulação de capitais.

Marx (1989) apud Sposito e Santos (2012) também apresentam que: “A acumulação de capital consiste num processo de reaplicação contínua de excedente extraído do trabalho no processo produtivo, com a finalidade última de gerar um excedente maior” (p.18), ou seja, o sistema capitalista tem por estratégia a aplicação e a reaplicação desse excedente, como visto anteriormente, objetivando que esse processo possa se dar de forma

contínua, por isso falamos na questão de criação e recriação desse sistema, o qual para expandir necessita da conquista de novos espaços, das evoluções das técnicas como também da ciência.

Como já mencionado, a prática do consumo é de grande relevância para que o sistema se mantenha, Harvey (2005) também destaca a questão do consumo enquanto fator determinante, uma vez que para que ocorra a produção de determinados produtos é indispensável que haja o desejo de consumo desses bens produzidos, pois a existência somente de um desses elementos (produto ou consumo) não permite o funcionamento do sistema capitalista de produção como já citado anteriormente, além disso, a acumulação é considerada por Marx enquanto um motor que cresce de acordo com o crescimento e/ou desenvolvimento do modo de produção vigente, pois depende principalmente dessas duas categorias para manter a mercadoria circulando e o sistema funcionando.

Marx (1973) citado por Harvey (2005) cita que:

A acumulação não é apenas imediatamente consumo e o consumo não é apenas imediatamente produção, a produção não é apenas meio para o consumo e o consumo não é apenas o objetivo da produção [...] mas também, tanto a produção quanto o consumo [...] criam o outro, completando-se e criando-se enquanto o outro. (MARX 1973, p. 93 apud HARVEY 2005, p. 45)

Percebe-se que há uma interdependência entre ambas para que o sistema funcione, pois, nem só a produção, nem só o consumo, mas sim a relação entre estas se torna indispensável para que o sistema funcione, e tal funcionamento sofre variações no tempo e no espaço, por isso Claval (2005) destaca que o foco central atual da dinâmica econômica é diferente das situações do passado quando cita que: “A cena econômica mundial difere muito daquela dos anos 1960” (p.22), e que atualmente a sociedade tem por principal característica o consumismo de bens criados por grupos especializados.

Como já citamos, existem aqueles lugares em que a forma de desenvolvimento se dá de forma mais acelerada e mais organizada que em outros, e isso fez com que viesse a surgir às chamadas por Claval (2005) de hierarquias urbanas, hierarquia justamente por ser considerados “símbolos” do capitalismo, chamamos símbolos por haver a existência de um movimento comercial intensivo com altos níveis de desenvolvimento, essas hierarquias se constituíram devido o crescimento e desenvolvimento do comércio dito global.

Retomando em Marx (1973) citado por Harvey (2005), percebemos que o mesmo apresentava o consumo enquanto condição da produção e a produção enquanto condição para

o consumo, Claval (2005) por sua vez, nos mostra a prática do consumo enquanto fator que ganhava destaque na sociedade devido à produção e o consumo em larga escala, mostrando não somente essa dialética, mais também a questão da busca constante por mercadorias.

Diante dos caminhos tomados e dos resultados obtidos a partir da prática de expansão comercial, tendo ao seu lado os meios de informação e comunicação, como fatores que possibilitassem essa prática, podemos então afirmar acerca das relações, que ocorreu uma “aproximação” dos espaços graças aos avanços que se sucederam. Podemos dizer ainda, que houve uma conexão de partes diferentes do mundo, por isso, muitos chegam a afirmar que houve uma homogeneização do espaço devido o modo de se fazer ou de construir a sociedade atual, modernizada e cada vez mais tecnológica, informativa e comunicativa, pois o que temos atualmente foi o que resultou no uso do termo globalização, o que Santos (2000) por sua vez teria afirmado que mesmo havendo essa chamada globalização (mesmo não sendo esse termo aceito por Claval (2005) como já visto), em que parece haver uma homogeneização do espaço e do mundo, os lugares não perdem as suas particularidades, uma vez que cada lugar mesmo sendo influenciado pelo que ocorre no mundo, não perderá sua subjetividade, pois os mesmos apesar de estarem influenciados apresentam relações próprias, e isso seria o que iria diferenciá-los.

Propõe-se nesse momento abordarmos mesmo que de maneira sucinta como se deu o início do processo industrial brasileiro. De acordo com Sposito e Santos (2012), a cultura cafeeira foi a primeira atividade que se desenvolveu e que marcou o surgimento do processo industrial brasileiro. Destacaram ainda que esse processo de industrialização veio a se desenvolver a partir do século XIX.

Esses autores apresentam visões de outros autores acerca do início desse processo, e o que pôde ser percebido através de leituras e análises foi que há uma falta de consenso quanto ao período exato do início dessa atividade, diante disso, optamos por apresentarmos visão de dois autores, Cano (1977), e Melo (1982) onde estes defendem que a origem da indústria no Brasil se deu entre os anos de 1886 e 1894. Os mesmos destacam que este foi o período em que o café ganhava destaque expandindo-se de forma significativa, causando dessa forma uma dinâmica interna através dessas atividades.

Mendonça (1995) assim como os autores acima também teria afirmado ter sido a agricultura, mais precisamente a cultura cafeeira que deu impulso ao desenvolvimento industrial no país, de acordo com essa autora, isso não significa que antes não tivesse havido

alguns tipos de atividades industriais, mas que o cultivo do café teria sido o marco desse processo, se tornando o elemento determinante nesse início. Porém, como já é sabido, as questões comerciais e de produção passam por fases de mudanças devidas principalmente para o aperfeiçoamento de novas técnicas. Assim sendo, ocorreu uma queda desse produto no mercado, ou seja, foi um período de recessão do café no Brasil.

Sabemos então que quando há a demanda por mercadorias, essas tendem a circular de forma cada vez mais expansiva, porém, poderá chegar o momento em que os mesmos perderão seu valor, essas fases são as chamadas crises. Kondratieff (1935) citado por Egler (1994) expôs que a economia capitalista tem um comportamento cíclico assim como vimos em Schumpeter (1939) acerca das questões dos ciclos, porém, o primeiro (Kondratieff) considera esse comportamento enquanto natural, pois o sistema se modifica na medida em que se dão os avanços tecnológicos os quais são os elementos cruciais na dinâmica do mercado, causando no comportamento de formulação e reformulação, diante disso, podemos afirmar que o que ocorreu com a agricultura cafeeira no Brasil foi um processo natural ocasionando em mudanças.

Aprofundando nessa questão de influência tecnológica nessas inovações, Egler (1994) afirma que:

(...) a inovação tecnológica goza de total autonomia em relação aos fatores históricos, econômicos e sociais. Não são poucas as análises que centralizam o foco nas “revoluções tecno-científicas” como motrizes para o desenvolvimento humano, (...). (Egler 1994, p.3)

As evoluções são resultados dos avanços da técnica e da ciência como já percebido, as mesmas caminham juntas para que haja um progresso, e na medida em que ocorre de fato, está ocorrendo justamente o fortalecimento desses elementos, tornando-os cada vez mais sólidos no meio industrial, além de passar por processos de configurações necessárias para se manterem.

É ressaltado por esse autor que na medida em que ocorrem as evoluções, reflete no comportamento do próprio homem, isto é, sendo este o principal responsável e causador por esses avanços é também o principal atingido pelas ocorrências no meio social, econômico, político e cultural etc., sendo, portanto obrigado a se adaptar a tais mudanças.

Sem nos esquecer de que assim como apresenta Claval (2005), será o homem o principal responsável pela destruição do meio natural, e isto se dar na medida em que o

mesmo age sobre o espaço natural tornando o um espaço geográfico artificial. Sobre essa questão, veremos mais adiante em Andrade (1987), acerca das transformações do espaço pelo homem.

Depois de destacarmos as influências da tecnologia, veremos agora acerca da influência do conhecimento científico no meio industrial a partir de Andrade (1987), que afirma:

O conhecimento científico é profundamente dinâmico e evolui sob a influência das transformações econômicas e de suas repercussões sobre a formulação do pensamento científico. Assim, o objeto e os objetivos de uma ciência são relativos, diversificando-se no espaço e no tempo, conforme a estruturação das formações econômicas e sociais. (ANDRADE 1987, p.11)

Diante disso, o papel da Geografia Econômica no mundo contemporâneo torna-se cada vez mais difícil, diante disso, Egler (1994) teria afirmado que esta se encontra em uma encruzilhada devido o grau de complexidade em que o mundo chegou a se encontrar, não somente esta, como também a economia, a qual por muito tempo esteve afastada da Geografia Econômica. Esse afastamento diz respeito aos estudos feitos por cada uma, que somente a partir de 1930 de acordo com Claval (2005) teriam passado a estudar as mesmas questões, por isso, o primeiro autor afirma que as mesmas precisam rever seus papéis e perceber a importância de ambas as ciências nesse novo contexto.

Após apresentar acerca dessas ciências e analisando o que ocorre de fato na sociedade, esse mesmo autor chegou a conclusão de que: “(...), as relações entre mudanças no padrão tecnológico e a estrutura espacial constituem tema preferencial da Geografia Econômica neste final de século” (Egler 1994, p. 6).

Já que tecnologia e espaço são considerados enquanto elementos importantes e que se tornaram temas cruciais de discussão da Geografia Econômica, abordaremos então acerca da questão espacial, uma vez que a tecnologia já foi abordada nesse trabalho, mesmo que de forma sucinta, pois a principal discussão do nosso trabalho será discutida mais adiante, não cabendo estender essa, mas mostrar que a questão econômica é de grande relevância para adentrarmos no nosso assunto posteriormente, ou seja, para que então possamos partir para os recursos minerais, e mais precisamente para as questões tributárias a partir das atividades do gesso e o retorno social.

Para tratarmos da questão espacial, continuaremos com Andrade (1987), o qual apresenta a diferenciação existente entre espaço natural e espaço geográfico, pois tratarmos dessa questão nos possibilitará uma melhor compreensão acerca dos elementos citados.

Segundo esse mesmo autor, o espaço natural: “Resulta de um equilíbrio entre a ação dos elementos naturais – estrutura geológica, relevo, clima e hidrografia, (...), onde se desenvolve o meio biológico, a vida vegetal e animal”. (ANDRADE, p. 21). Quando se refere ao espaço geográfico, este é tido enquanto: “(...) um produto da ação do homem. O homem, sendo um animal social, naturalmente atua em conjunto, em grupo, (...)”. (ANDRADE, p.25). Isto é, enquanto o natural é aqueles em que não há interferência do homem, o geográfico, por sua vez, se caracteriza justamente por ser o contrário, ou seja, pelas mudanças feitas das mais diferentes formas pelo homem ao atuar sobre o espaço em conjunto em busca de satisfazer suas necessidades, principalmente no que diz respeito às questões de interesse de acumulação de capital, pois o homem ao interferir sobre o espaço natural, este naturalmente irá modificá-lo a partir dos interesses que lhe convém.

Quando trazemos essa questão para o aspecto capitalista, percebemos claramente que o espaço tem se transformado principalmente nos últimos tempos, onde a rede de mercado passou a se expandir cada vez mais devido ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia que como vimos anteriormente gozam de autonomia gerando dessa forma nesses avanços, influenciando por sua vez, no comportamento humano, e este, através da técnica sempre esteve e ainda está cada vez mais em busca de novos espaços afim de expandir os seus negócios, no caso da atualidade, causando a expansão de muitas empresas e indústrias, além da busca por matéria prima, ocasionando na ampliação do sistema que como já vimos, se dá de forma contínua.

Referindo-se ainda ao espaço geográfico, Andrade (1987) garante que:

Podemos afirmar que o espaço geográfico é artificial, produzido pelo homem de acordo com o nível de desenvolvimento e com os sistemas econômicos e sociais dominantes; ele é produzido visando alcançar determinados fins, aqueles que interessam ao sistema ou à formação econômico-social dominante. (ANDRADE 1987, p. 21)

O interesse nesse caso seria a palavra mais adequada para se referir às essas transformações, pois as ações do homem não ocorrem voluntariamente sem que exista um motivo ou vários que o estimule a alterar o espaço, e que os interesses principais dizem

respeito justamente e principalmente aos fatores econômicos, que a cada momento em que descobrem novas técnicas, mais tende a causar mudanças.

Percebemos que é relevante tratar acerca das consequências geradas com as transformações desses espaços a partir das ações do homem sobre a natureza, uma vez que cada ação tem uma explicação. O problema não é somente este, mas a forma com que se dá essa apropriação do homem sobre a natureza que ocorre de forma cada vez mais intensa resultando em consequentes transformações.

A partir do que foi exposto, passamos a conhecermos alguns fatores que levaram a sociedade a caminhar para o progresso (quando falamos em progresso, fazemos referência à questão da evolução progressiva dos meios de produção e de capital), que se iniciou com as grandes navegações quando o comércio começou a se expandir ampliando as relações comerciais, resultando em diversas consequências, como por exemplo, a questão das desigualdades entre países e entre regiões, tornando-a ainda mais intensa na atualidade.

O conhecimento técnico e científico também se destacam enquanto responsáveis por tais avanços, e na medida em que essas de fato evoluem, mais o homem evolui, sendo o mesmo consequentemente o principal causador desse avanço.

## **1.2 Uso e Transformações do(s) Território(s)**

Quando falamos em território, estamos nos referindo a áreas de ocupação e manipulação humana, são os chamados por Santos (2000) de “território usado”, esse uso pode revelar estratégias de benefícios, uma vez que determinadas áreas de um território podem ser de grande valia a partir do momento em que de fato venha existir certos elementos que são considerados enquanto recursos de retorno garantido. Em Raffestin (1993), esses recursos se caracterizam enquanto materiais com garantia de uso e benefícios quando se tem por objetivo a exploração do mesmo principalmente como investimento e retorno da capital, para isso, entram em cena alguns atores que a partir de suas ações sobre dadas áreas, tornam-se responsáveis pelas mudanças que irão se suceder, os atores de maior influência passam a ter domínio sobre determinadas áreas, obviamente sobre aquelas se apresentam enquanto vantajosas deixando para os demais apenas aqueles lugares que lhes sobra, assim nos esclarece Santos (idem) quanto à relação homem meio, pois seus interesses revelam o domínio total do que de fato pode ser benefício.



No que se refere às relações atuais, em que as novas técnicas são responsáveis por uma configuração que abrange as relações de forma global, apresentamos o que Santos (2000) trás acerca da influência sobre e para o (s) território (s), pois este mesmo chega a afirmar que:

Numa situação de extrema competitividade, como esta em que vivemos, os lugares repercutem os embates entre os diversos atores e o território como um todo revela os movimentos de fundo da sociedade. A globalização, com a proeminência dos sistemas técnicos e da informação, subverte o antigo jogo da evolução territorial e impõe novas lógicas. (SANTOS 2000, p. 79)

De acordo com Santos e Silveira (2006), existem formas diferenciadas quanto à forma de uso do território, uma vez que esclarece serem as formas de ocupação e manipulação de espaços variados e que se dão de acordo com o tempo histórico, isto é, lugares diferentes se desenvolveram e ainda desenvolvem-se de formas diferenciadas, pois: “Certas regiões são, num dado momento histórico, mais utilizadas e, em outro, o são menos” (p. 13), isto é, a ação do (s) homem (ns) se dá ora de forma mais intensa em alguns lugares e momentos, enquanto em outro momento outros lugares podem ser usados com menos intensidade, e ainda há aqueles que perdem parte da dinâmica que antes existia, essa situação é causadora da questão de desenvolvimento desigual entre regiões.

Além disso: “(...) cada região não acolhe igualmente as modernizações nem seus atores dinâmicos (...)” (p.13), pois o homem age, e a cada ação, resulta em mudanças, a cada técnica nova empregada mais complexa se tornaram as relações, diante disso, Santos e Silveira (2006) buscaram enfatizar acerca das etapas de ocupação e transformação do espaço, que vai desde as mudanças que se deram no espaço natural, passando para o técnico, até chegar ao técnico-científico-informacional que se caracteriza enquanto o mais atual das formas de relação entre os homens e o espaço o qual fazem parte.

Quando estes mesmos autores afirmam que “A produção em cada lugar é o motor do processo, porque transforma as relações do todo e cria novas vinculações entre as áreas” (Santos e Silveira, p.30), essas vinculações sugerem as relações entre vários lugares que interagem caracterizando uma organização onde nenhum elemento e/ou lugar se desenvolve de maneira isolada e/ou independente dos demais, mas que tais vínculos são resultantes da conexão entre lugares diferentes onde as redes de transporte, comunicação e informação se aplicam e que tem por resultado um mercado complexo de relações chamado de globalização, a qual foi comentado anteriormente.

Quando Egler (1994) destaca acerca das relações entre as estruturas diacrônicas das análises de Prebisch, percebemos que mesmo com um desenvolvimento desigual entre os chamados centros e periferias, não deixa de existir uma relação entre ambas, uma vez que se encontra em um mundo cada vez mais dinamizado, ou melhor, onde as relações se dão dentro da economia mundial com conexões entre diferentes áreas como vemos em Santos e Silveira (2006).

Com todas essas questões, é importante conhecermos qual o verdadeiro papel da geografia econômica, sabendo que hoje a mesma tem um papel muito maior que no passado, uma vez que muitas das relações se transformam e transformam com isso grande parte do comportamento humano. De acordo com Claval (2005), atualmente a mesma tem um papel muito maior que no passado uma vez que: “Ela explora a influência da cultura no domínio do consumo, estuda os circuitos econômicos “solidários” e de redistribuição; ela constitui também para o estudo da flexibilidade e da metropolização” (p. 23).

Andrade (1987) destaca acerca das questões da evolução do conhecimento geográfico tratando das diferenciações entre espaços, a questão do consumo e produção, influenciados e influenciando nos aspectos econômicos e sociais, que a cada dia passa a serem organizados e reorganizados de acordo com a forma com que se dá o comportamento do homem que se apresenta enquanto agente e resultado daquilo que faz, o mesmo homem que tem dominação sobre o mercado e que é responsável pelas relações que se sucedem, que é produtor e consumidor daquilo que produz, deve ser conhecido pela geografia econômica, pois assim como trata esse mesmo autor:

Levando-se em conta a importância da atuação do homem como produtor e como consumidor de bens e de serviços, e sabendo-se que é ele o agente produtor do espaço geográfico, temos de admitir ser necessário à Geografia Econômica o conhecimento da população e das mais diversas estruturas a ela ligadas (...) (ANDRADE 1987, p 33)

Por ser o mesmo responsável por aquilo que o rodeia, o homem torna-se um dos principais elementos estudados pela geografia econômica, pois como vimos acima, o papel da Geografia Econômica deve estudar as diversas estruturas que tenha ligação com o mesmo, e como já percebido, são diversas as relações econômicas, sociais e políticas, descobertas científicas, novas técnicas e tecnologias que rodeiam o homem que é o responsável pela existência de tais elementos.

A partir do que foi discutido nesse capítulo, analisaremos a seguir a relação da mineração com a tributação e com o desenvolvimento social, no sentido de mostrarmos mais à frente as relações analisando o município de Grajaú.

## **CAPÍTULO 2: MINERAÇÃO, TRIBUTAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL.**

Propõe-se nesse momento, trazer uma abordagem tendo por foco as questões econômicas resultantes dos fatores da mineração onde será enfatizado acerca das questões tributárias oriundas da exploração mineral. Abordaremos, além disso, acerca da forma se dar a atuação de empresas de mineração e de produção de placas e tijolos, bem como a participação do governo para que possam ocorrer melhorias dentro da sociedade, ou seja, procuraremos ressaltar a questão do retorno social.

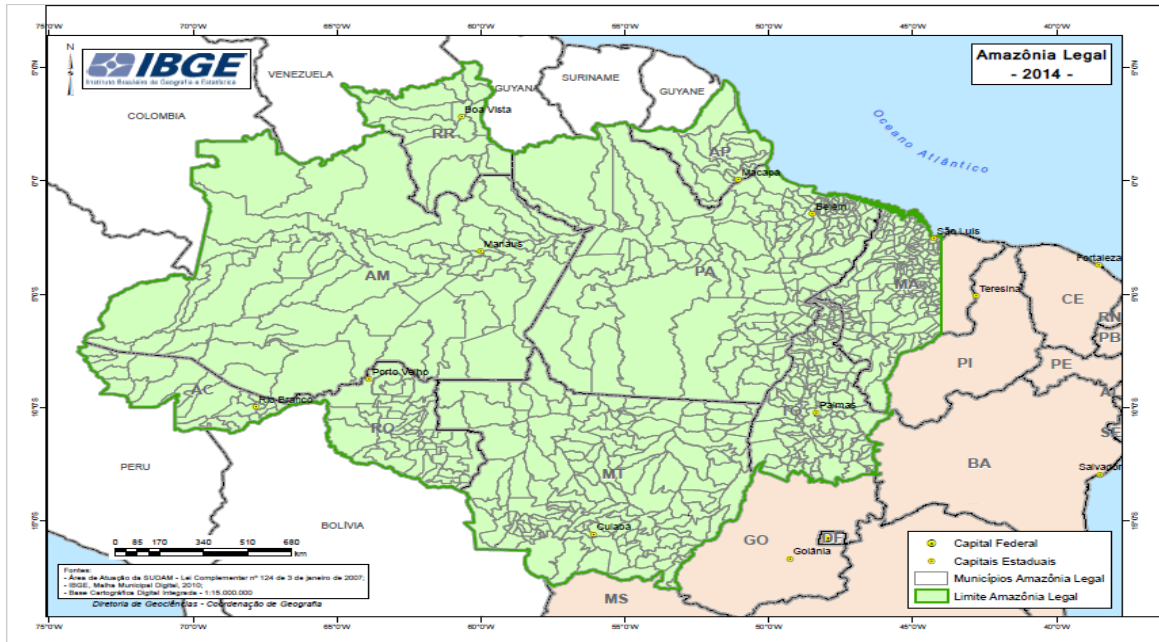
### **2.1 Uma sucinta discussão acerca das questões minerais.**

Em Monteiro (2004) e (2007), percebe-se que esse autor discute sobre de projetos de implantação com finalidade econômica na Amazônia Legal, projetos estes de extração mineral, bem como as consequências causadas pelos mesmos. Nesses trabalhos, o mesmo expõe a questão da atração de investimentos para esse setor na região citada, além de enfatizar a participação das empresas quanto ao pagamento de tributos para os órgãos públicos e a ação deste último na aplicação dessas verbas em prol do desenvolvimento regional amazônico.

Sousa (2011), ao trazer os dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE de 2010 destaca que o Estado do Maranhão possui uma área de até 331.935,507 km<sup>2</sup>, com uma população avaliada em 6.569.683 habitantes, os quais estão divididos nos 217 municípios existentes, distribuídos em 05 mesorregiões, e 21 microrregiões. O mesmo faz parte do Nordeste, e mesmo fazendo parte da região menos desenvolvida do Brasil, o estado do Maranhão encontra-se em uma localização privilegiada pelo fato de ser o único estado do Nordeste a fazer parte da região Amazônica, como também vemos no IBGE a partir da lista de 2014 com o nome dos municípios que fazem parte da Amazônia Legal.

O mapa a seguir apresenta a demarcação das regiões as quais a Amazônia legal abrange, percebemos então, que grande dos municípios e cidade que compõem o Estado do Maranhão encontra-se localizadas nessa área.

Mapa 1: Estados componentes da Amazônia Legal



Fonte: IBGE

Através do mapa a seguir, faremos a demarcação da localização do município de Grajaú, bem como de Codó, uma vez que mais adiante será exposto principalmente o desempenho dos mesmos através de comparativos necessários acerca da produção do minério gipsita dentro do estado, buscando conhecer principalmente a participação das empresas mineradoras e das fabricas de gesso no município de Grajaú como forma chegarmos a uma conclusão acerca de um possível desenvolvimento através da possível atuação da administração publica, para que possamos aprontar se há de fato uma ação desses em prol do desenvolvimento social desse município.

Mapa 2 - Municípios de maior produção lavrável de gipsita no estado do Maranhão



Fonte: Google Imagens

Acerca da questão do desenvolvimento, Monteiro (2004) apresenta a partir de um estudo no estado do Pará:

(...) algumas lógicas que fundamentam a tributação, a cobrança de royalties e o estabelecimento de favores fiscais, analisando-se as possibilidades de usar essas compensações para favorecer a articulação da mineração com dinâmicas de enraizamento social de desenvolvimento. (MONTEIRO 2004, p. 159)

Tomaremos por base alguns de seus trabalhos para que possamos ter uma visão acerca da questão relacionadas às questões de indústria, governo e sociedade, esse estudo irá possibilitar uma compreensão acerca dos aspectos sociais, políticos e espaciais por serem os mesmos afetados de certa forma pelos mesmos.

Quando falamos acerca da aquisição de novos espaços e que o sistema atuante faz com que ocorra de fato no intuito de expandir-se, ocorre a conquista de novas áreas, sendo assim, essas acabam sendo transformadas de acordo com as necessidades e interesses daqueles que buscam se beneficiar de alguma forma dos recursos que existem em determinados locais através da manipulação de determinados elementos ali existentes, principalmente no que diz respeito a aqueles com finalidades econômicas como já exposto em Andrade (1987), em que o homem transforma o espaço natural em espaço geográfico ou artificial, essa artificialidade vai ganhando uma complexidade cada vez maior de acordo com

as relações que vão surgindo, ou seja, quando o espaço deixa de ter suas características naturais através da influencia humana, o mesmo recebe determinados graus de complexidade na medida em que vão se elevando os níveis de desenvolvimentos ocasionados principalmente pelas evoluções científicas e tecnológicas.

Diante das transformações que se dão no espaço físico, vamos perceber também que esse tipo de empreendimento pode implicar em grandes mudanças principalmente no (s) local (is) onde se dão a inserção de algumas empresas especializadas.

Em Coelho (2005), foi percebida as influências que as empresas de mineração podem ter sobre os espaços na medida em que os mesmas passam a agir sobre eles, transformando-os, ocasionando também em transformações nas relações sociais, políticas e econômicas, ou seja, vários elementos são atingidos e não apenas o espaço físico, e na medida em que se expandem mais mudanças tendem a ocorrer.

No que se refere aos efeitos que essas atividades podem ocasionar esta mesma autora cita que:

Desde os anos 50 do século XX, a extração e a transformação industrial de minerais acalentaram, em amplos e diversos segmentos sociais, expectativas de rápida modernização e desenvolvimento de áreas da Amazônia oriental brasileira impulsionadas pela demanda global de mercadorias de origem mineral. Tais convicções justificaram a implementação de ações estatais para favorecer a exploração de minérios na região. (COELHO 2005, p. 142)

A participação do estado ao procurar incentivar tais práticas se torna relevante para esses empreendimentos, principalmente quando os mesmos tem por objetivo tornar o produto uma mercadoria para vendas externas, mas, para que isso possa de dar, há a necessidade de um grande investimento em capital para que possa haver de fato uma industrialização e uma comercialização em escala ampliada, para isso, é importante considerar também que o capital aplicado vai desde a procura por novos jazimentos, passando pela compra de equipamentos indispensáveis e necessários para a produção como traz Monteiro (2004) quando destaca que:

(...), a implantação de uma mina requer a compra de grande quantidade e diversidade de equipamentos; em função do nível de especialização desses equipamentos, em geral é necessário recorrer a fornecedores igualmente especializados e dispersos no mundo. (MONTEIRO 2004, p. 162)

Coelho (2005) ao frisar acerca dos grandes investimentos aponta que:

(...), a implantação de um projeto econômico de grande porte – seja infra-estrutural, seja produtivo – que demanda elevados investimentos de capital e gera expectativa e/ou cria possibilidades de inúmeros empregos localmente, atrai, logo de início, para a região na qual se estabelecerá a empresa, um contingente populacional expressivo, principalmente na fase de construção civil do projeto, ocasionando uma taxa de crescimento elevado que perdura por alguns anos. (COELHO 2005, p. 85)

Diante do exposto, essa mesma autora nos traz a questão da geração de empregos a partir das atividades de mineração, as quais são capazes de causar um aumento populacional principalmente no que se refere à fase da construção civil, uma vez que se tratando de um grande investimento, o mesmo carece de uma quantidade significativa de mão de obra. Além disso, é destacado que essa demanda pode se tornar responsável por ocasionar a migração de pessoas de diferentes lugares em busca de trabalho nos locais de implantação de projetos.

Por haver esse crescimento populacional, essa autora traz que esses projetos implantados na região da Amazônia ocasionaram também no surgimento de novas cidades quando cita que “As novas indústrias não se estabeleceram em grandes cidades como Belém, Castanhal e Santarém, mas em localidades que, só mais tarde, deram origem a cidades ou em núcleos urbanos (...)” (COELHO 2005, p. 76).

Percebemos que o setor industrial pode implicar no surgimento de novos lugares, em consequência a isso, a expansão do espaço geográfico, transformando o espaço natural, isto é, movimentos começam a surgir em lugares que antes não existia interferência do homem, nesse caso, essas ações passam a se dar acordo com as necessidades e interesses de quem percebia o espaço enquanto meio de geração de capital.

No que se refere ao uso do espaço enquanto meio para crescimento e desenvolvimento, podemos citar Harvey (2005) quando trata acerca da teoria da acumulação de Marx quando cita que: “O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos” (p. 43). Essa expansão faz com que ocorra a conquista de novas áreas, e com aqueles que já foram conquistados ocorrem transformações.

Concluimos a partir do exposto que o homem é o principal responsável pela expansão do sistema através de descobertas no que se refere ao meio técnico e científico, causando transformações diretas principalmente nas relações sociais, econômicas e políticas,



gerando dinamismos, uma vez que através de suas ações torna-se o principal mediador da evolução do sistema vigente.

## **2.2 tributos oriundos da exploração mineral no Brasil**

Para adentrarmos no aspecto tributário, apresentaremos nesse momento o que se caracteriza enquanto recurso, para isso, abordaremos Raffestin (1993) que discute a ação do homem diante dos materiais encontrados na natureza, que ao descobrirem suas utilidades, tendem a torna-los elementos de uso.

Raffestin (1993) apresenta que a matéria é caracterizada enquanto elemento dado por estar disponível na natureza, ou seja, a mesma não depende da ação do homem para se constituir, pois assim como ele mesmo cita: “A matéria é um dado puro, na exata medida em que resulta de forças que agiram ao longo da história da terra sem nenhuma participação ou intervenção do homem”. (RAFFESTIN 1993, p.223). Compreende-se com isso que o homem por sua vez, apenas se beneficia desses elementos na medida em que descobre uma ou varias utilidades, tomando-a enquanto recurso.

Da mesma forma nos traz Monteiro (2007) acerca desses recursos enquanto não renováveis e ofertados pela natureza quando cita que:

(...), recursos naturais são as classes de bens não produtíveis pelos seres humanos. Recursos minerais são todos os elementos da natureza (minerais, biológicos) para os quais existe utilidade (necessidade real ou artificialmente criada), conhecimento científico e tecnologia economicamente viável que justifiquem sua exploração. (MONTEIRO 2007, p. 31)

Percebemos claramente que esse autor também apresenta a questão dos recursos naturais não se caracterizaram enquanto criação do homem, por isso, acrescenta que os mesmos ao serem valorizados através do trabalho humano, passam a adquirir valor de troca passando com isso a se tornarem enquanto elemento significativo para o sistema capitalista.

Mesmo que de início seja descoberta apenas uma forma de uso e beneficiamento de um recurso, há a possibilidade da descoberta de várias outras formas, o que significa que o conhecimento e a utilidade podem ser diversos, podendo ser utilizadas de outras formas com o passar dos tempos, isso significa também que quanto mais descobertas são feitas, mais o homem evolui e a cada nova descoberta, novas forma de exploração também surgem como

nos traz Raffestin (1993) quando cita que: “(...) o homem não se interessa pela matéria como massa inerte indiferenciada, mas na medida em que ela possui propriedades que correspondem a utilidades”. (RAFFESTIN 1993, p. 225).

Com os avanços que se sucederam, a extração de matéria tornou-se uma atividade cada vez mais ampla, diante disso, alguns autores apresentam que essa retirada de forma cada vez mais acelerada poderá ocasionar na extinção futura dos recursos minerais por serem os mesmos não renováveis, e podendo deixar de estar à disposição da sociedade. (MONTEIRO 2004; SILVA 2000; ALTVATER 1995).

No que diz respeito a essa questão, Monteiro (2007) enfatiza que a tecnologia é o que proporciona a realidade desse alto índice de retirada desses materiais, por isso destaca que:

A tecnologia amplia a quantidade, a utilidade (por meio de processamento industrial) e o acesso aos recursos naturais enquanto mercadorias. Recurso natural é assim um conceito econômico, historicamente determinado pelas necessidades sociais e pelo avanço da ciência e da tecnologia. (MONTEIRO 2007, p. 31)

Aqui a ciência e a tecnologia através das atividades do trabalho humano, se apresentam enquanto técnicas responsáveis pelas possíveis causas de perda total de determinados elementos na natureza, pois na exata medida em que as mesmas vão avançando, mais se dar a prática de extração de minerais, e devido ao investimento nessas atividades, alguns autores procuram enfatizar acerca do esgotamento futuro desses elementos, pois da forma acelerada com que segue o aproveitamento desse recurso, provavelmente isso se dará em um futuro não muito distante.

(...), pois, ao utilizar recursos que não mais estará à disponibilidade da sociedade, deve oferecer uma compensação pela perda permanente daquele bem, ou seja, deve-se cobrar um encargo compulsório, como forma de incluir o custo da exaustão de um patrimônio social. (MONTEIRO 2004, p.171).

Por serem esses recursos não renováveis, esse mesmo autor além de discutir sobre o possível futuro esgotamento dos mesmos, nos apresenta também sobre a necessidade de pagamento de taxas pela exploração e uso desses recursos principalmente pelo fato de na medida em que ocorre a retirada do mesmo para se tornar mercadoria, ocorre a perda permanente dos mesmos ao servirem de recurso ao homem, além de as jazidas serem

consideradas por enquanto presentes da natureza ou mesmo patrimônios da sociedade. Além dessas questões, este mesmo autor apresenta que:

Sendo ofertadas pela natureza, não deviam ser propriedade de ninguém especificamente, deveriam ser propriedade de sociedade em geral, representada pelo Estado. O benefício resultante de seu aproveitamento deveria, portanto, ser partilhada pela sociedade em geral, e não apropriado apenas por quem realiza o seu aproveitamento. (MONTEIRO 2004, p. 171)

Como Raffestin (1993) e Monteiro (2004), os mesmos destacam que por não ter tido participação humana para existir, eles consideram que os recursos minerais, enquanto patrimônio social, e por isso a necessidade de pagamento pela exploração dos mesmos, porém o que ocorre de fato é o contrário a isso, quando enfatiza serem os mesmos bens desfrutados por poucos, que se com isso se tornam os principais beneficiados com o retorno que esse recurso oferece.

No que se refere às praticas de investimento nas atividades minerais, Monteiro (2004) destaca que: “(...) o Brasil ocupa uma das principais posições no que se refere à possibilidade de atração de investimento no setor (...)”. (MONTEIRO, p. 160), da mesma forma, Silva (2000) “A Amazônia brasileira possui uma das maiores e mais diversificadas reservas minerais do planeta”. (SILVA, p. 1) sendo assim, o que deve ser esperado é que existe um retorno referente as taxas pagas por parte das empresas para o governo que deveria aplica-las para que possa haver um desenvolvimento social.

Nesse caso, fica a indagação: os valores que deveriam ser pagos em forma de tributos ocorrem de maneira correta, e da forma regular de acordo com os investimentos no setor mineral no Brasil? Diante disso surge outra pergunta: O governo aplica esses recursos em prol do desenvolvimento social nessa região?

Para responder a esses questionamentos apresentando sobre o pagamento dos royalties, Monteiro (2004) afirma que:

As alíquotas de royalties existentes no Brasil, como compensação financeira pela exploração mineral, são as mais baixas entre os principais países exportadores de bens de origem mineral, o que, do ponto de vista analítico, deve-se mais a uma apropriação desigual do poder político no Brasil do que a uma restrição econômica. (MONTEIRO 2004 p.182)

Monteiro (2004) discute que a redução dos tributos se apresenta como uma forma de incentivo, e que estes incentivos apresentam caráter contratual, isso significa dizer que

cada empreendimento pode ter contrato diferenciado dos demais, além disso, essa prática de reduções faz com que seja facilitada a implantação de diversas empresas, e atraia investimentos, no caso da região Amazônica, a redução dos custos das alíquotas de imposto de renda se deu em até 75%, estabelecidas pela SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia), ou como posteriormente passou a ser chamada, da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA).

Monteiro (2004) apresenta que as renúncias fiscais para esse tipo de empreendimento como forma de incentivo são estratégias do Estado nacional e das unidades federadas:

(...) – para incentivar a valorização dos recursos minerais na região – findam por reduzir a incidência de impostos, taxas, contribuições e tributos de outras ordens ou mesmo por estabelecer preços públicos e compensações financeiras, limitando assim a capacidade estatal de capturar parte do valor gerado pela mineração. (MONTEIRO 2004, p. 160).

Essa prática de redução como estratégia para a implantação de projetos desse tipo, não é algo unicamente existente na Amazônia brasileira. Otto (2000) apud Monteiro (2004, p.165) apresenta que “a redução da incidência tributária nos primeiros anos de um empreendimento mineiro como forma de compensação pela envergadura dos investimentos é uma prática de alguns países”, e que alguns investidores as ver como uma forma importante e determinante para a implantação de iniciativas empresariais voltadas para a exploração mineral, este apresenta também que muitos governos com esse intuito, procuram criar algum tipo de incentivo principalmente no que se refere às minas, quando o produto tende a ser destinado ao mercado externo.

Percebe-se que essa é uma prática que tem por finalidade o incentivo à implantação de mais empresas, mas é importante ressaltar também que as formas de isenção se dão de forma diferenciada para cada país, e para cada tipo de empreendimento mineiro.

Ressaltamos, além disso, que uma arrecadação de tributo não significa necessariamente que haverá um desenvolvimento social, pois: “(...), a exploração e, por conseguinte, a dispersão do minério que está contido em uma mina podem contribuir ou não para que a região na qual se localiza a mina edifique estruturas que favoreçam o desenvolvimento social”. (MONTEIRO 2007, p. 38).

Monteiro (2004) busca apresentar algumas lógicas que tem por principal objetivo a cobrança de impostos, e o possível retorno das taxas de tributos para compensar a sociedade através de melhorias para a mesma, esse autor, destaca ainda que na Amazônia há a falta de políticas públicas para que seja possível fiscalizações afim de induzir as empresas para que se dê as contribuições e com isso um desenvolvimento regional, porém como acabamos de perceber, não há garantia de que esse imposto retorne para a sociedade.

### **2.3 Os efeitos do processo da exploração de recursos minerais: meio ambiente e desigualdade social**

Apesar de a industrialização trazer a ideia de desenvolvimento e modernização, é preciso que olhemos essas atividades por ângulos diferentes, pois de fato, essas ações são capazes de gerar uma movimentação econômica, bem como gerar emprego e renda para muitos trabalhadores como já visto, mas, boa parte daqueles que investem nesse ramo parece não dar importância aos efeitos negativos que seus negócios podem causar ou podem estar causando sobre o meio ambiente, diante disso, é importante que não nos esqueçamos de que não existe apenas um lado a ser explanado, pois além do beneficiamento que estes podem trazer, também há um lado prejudicial que é aquele que afeta a natureza de diferentes maneiras.

Altvater (1995), acerca da questão desenvolvimento e meio ambiente ressalta que:

(...): qualquer estratégia de desenvolvimento, e portanto de industrialização, traz consequências para o desenvolvimento e para o meio ambiente em todas as (...) regiões do mundo. Desenvolvimento e meio ambiente encontram-se em uma relação recíproca: atividades econômicas transformam o meio ambiente (...) (ALTVATER 1995, p. 26).

Sendo assim, quanto mais se dá o crescimento industrial, mais ocorrerá um aumento de produtos em circulação, e conseqüentemente, mais malefícios ao meio ambiente, pois como já percebido, quanto mais se dar a expansão industrial em que a ciência e a técnica caminham para que isso de fato ocorra, mais se dá a necessidade de uso de matéria, e logicamente, no uso cada vez mais amplo de matéria prima oferecida pela natureza, causando na diminuição dos recursos disponíveis e aumentando as conseqüências ao meio ambiente.

É essencial que além de ser destacado o uso de forma cada vez maior de matéria, é indispensável explanar que as formas de desenvolvimento se dão de diferentes formas em

lugares (países, estados) diferentes. Percebemos isso no primeiro capítulo quando Claval (2005) destaca as pesquisas de Ritter o qual utilizava o método descritivo, onde a partir disso, foi possível que se fizesse a distinção dos lugares evidenciando suas características no início da industrialização.

Sabemos que essa lógica se deu em um processo contínuo, e assim como há aqueles países que são mais abundantes no que se refere ao desenvolvimento, Altvater (1995) cita ser a industrialização um luxo exclusivo de apenas uma parcela da população, parcela esta composta por uma minoria, onde a ampla maioria deixa de fazer parte, por isso, ao tratar acerca da realidade mundial, o mesmo usa o termo “oligarquia”, onde os recursos se constituem enquanto bens para poucos.

No que se refere a essa questão, Andrade (1971) afirma que:

(...) vivemos em um mundo em que um terço da população vive nos países desenvolvidos, gozando de altos ou de médios padrões econômicos e sociais, enquanto dois terços vive em condições de vida abaixo daquelas consideradas mínimas para uma subsistência razoável, para uma subsistência digna. (ANDRADE 1971, p. 20).

Andrade (1971) ressalta ainda que este se apresenta enquanto um dos grandes problemas da modernidade, de um lado, os países desenvolvidos e de outro, os subdesenvolvidos, causando uma desproporcionalidade quanto à forma de viver das pessoas na sociedade, pois enquanto poucos gozam de uma qualidade e um padrão de vida mais elevada, outros sofrem pela falta.

Quando Altvater (1995) se refere a uma “oligarquia” existente no mundo, o mesmo afirma ser uma ilusão acreditar que todos os países podem um dia chegar a alcançar um mesmo padrão industrial, diante disso, é preciso que aceitemos que a desigualdade por mais que nos parece injusto pela questão de favorecimento para muitos e de desfavorecimento para outros, é consequência dos processos de investimentos e que se deu e se dar de maneira desigual refletindo com isso em um desenvolvimento desigual. Entre aqueles mais favorecidos podemos chamar de centros por estar em um patamar de desenvolvimento mais elevado, e os desfavorecidos enquanto periféricos por não apresentarem o mesmo nível de desenvolvimento, essa comparação e uso de termo centro e periferia.

Egler (1994), que cita que:

O mérito das análises de Prebisch estava em considerar a economia mundial como uma estrutura articulada, cuja forma mais elementar estava expressa nas relações

centro-periferia. (...). (...), sua construção é precursora no sentido de considerar o comércio internacional como um elemento de integração entre estruturas diacrônicas, onde o progresso técnico assume papel determinante na velocidade de resposta destas estruturas ao comportamento cíclico da economia mundial. (EGLER 1994, p 5-6)

Nesse sentido, compreendemos que mesmo havendo essa diferenciação no que se refere à forma de desenvolvimento entre determinados lugares, mesmo assim existe uma relação entre essas partes, e isso seria o que caracterizaria economia mundial como apresenta esse autor que acredita ser o somatório dessas partes que tornaria o mercado o que ele é.

Assim, a partir do exposto acima, podemos compreender que a situação do município de Grajaú quanto à extração de gipsita e com relação à fabricação de placas de gesso, não foge e nem está distante da realidade com que os autores citados nos dois capítulos acima apontam. A próxima discussão refere-se às análises e discussões dos resultados da pesquisa.

## **CAPÍTULO 3: EXTRAÇÃO, PRODUÇÃO E O NÃO RETORNO SOCIAL E ECONÔMICO PARA GRAJAÚ.**

### **3.1 A ilusão sobre a grandeza mineral**

O Governo do estado do Maranhão no que se refere ao crescimento e ao desenvolvimento econômico no estado apresenta acerca das condições que o mesmo pode oferecer para a indústria, devido às riquezas naturais existentes:

O Maranhão apresenta um cenário de grandes oportunidades para investidores no segmento de mineração. Condições naturais, como vasta extensão territorial; recursos hídricos e localização estratégica para o mercado internacional, além da estrutura portuária; ferrovias e energia. (SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO)

Há no estado do Maranhão recursos naturais que se apresentam enquanto oportunidade de desenvolvimento econômico, entre elas, o minério gipsita. Além disso, é trazido também que estado do Maranhão é considerado enquanto segunda maior reserva lavrável de gipsita do Brasil:

O Maranhão possui a segunda maior reserva de Gipsita lavrável do país. Segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, o Maranhão possui um total de 11 minas, com 3 ativas e 8 paralisadas, produzindo 299.969 toneladas do minério. A Gipsita se encontra abundantemente distribuída nas regiões de Grajaú e Codó. O polo gesseiro de Grajaú possui uma das maiores oportunidades de investimento, devido à existência de jazidas de gipsita, constituindo assim, ótimas condições de exploração e com grandes reservas inferidas com mais 50 anos de vida útil. (SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO)

Dos municípios do estado maranhense, se destacam Grajaú e Codó enquanto locais de maior distribuição de gipsita com atividades de exploração das mesmas como já dito. Com relação ao primeiro, Oliveira (2015) chegou a afirmar que:

O município de Grajaú é o segundo maior polo de produção de gesso do Brasil. pode-se encontrar na região várias firmas gesseiras, como empresas de mineração, calcinação e fábricas de pré-moldados, as quais produzem mais de 500.000 placas por mês, gerando empregos e constituindo uma das principais economias da cidade. (OLIVEIRA 2015, p 35)

Mais adiante retomaremos a ideia da autora acima afim de apresentarmos se de fato o município de Grajaú apresenta todo esse desenvolvimento e se de fato cabe ao mesmo a



colocação de segundo maior polo de produção de gesso do país, para isso, usaremos dados referente à produção no mesmo além de compararmos com outro (s) município (s) do estado.

No que se refere a esse recurso natural, de acordo com o Balanço Mineral Brasileiro (2001), a gipsita é um minério bastante solúvel sendo que sua cor varia entre incolor, branca, cinza e amarronzada, e isso vai depender das impurezas que contém nos cristais, além disso, esse mesmo minério ao entrar em estado de calor em torno dos 160°C chega a desidratar, por isso é considerado enquanto um minério pouco resistente.

Existem algumas denominações para o mesmo, e tais denominações variam de acordo com a forma com que a mesma se apresenta ou é apresentada:

Os termos “gipsita”, “gipso” e “gesso”, são frequentemente usados como sinônimos. Todavia, a denominação gipsita é conhecidamente a mais adequada ao mineral em estado natural, enquanto gesso é o termo mais apropriado para designar o produto calcinado. (BALANÇO MINERAL BRASILEIRO, 2001, p. 1)

Apresentando a exploração desse recurso em escala mundial, de acordo com o Sumário Mineral (2014), a China se destacou com 31,3%, em produção, neste mesmo ano, o Brasil ficou na 11ª colocação no ranking mundial, porém, entre os países da América do Sul, o mesmo foi o maior produtor com 3,3%.

De acordo com as afirmações obtidas no Simpósio Polo Gesseiro do Araripe (2014), o Brasil tem destaque mundial em reservas do mineral gipsita, com potencialidade de produção estimado em 1.452.198.000 toneladas sendo que grande parte estão localizadas nos estados da Bahia, Pará e Pernambuco, ficando a menor parte para os estados do Maranhão, Ceará, Piauí, Tocantins e Amazonas, essas colocações está em forma decrescente de acordo com a quantidade desse recurso disponível em cada estado citado.

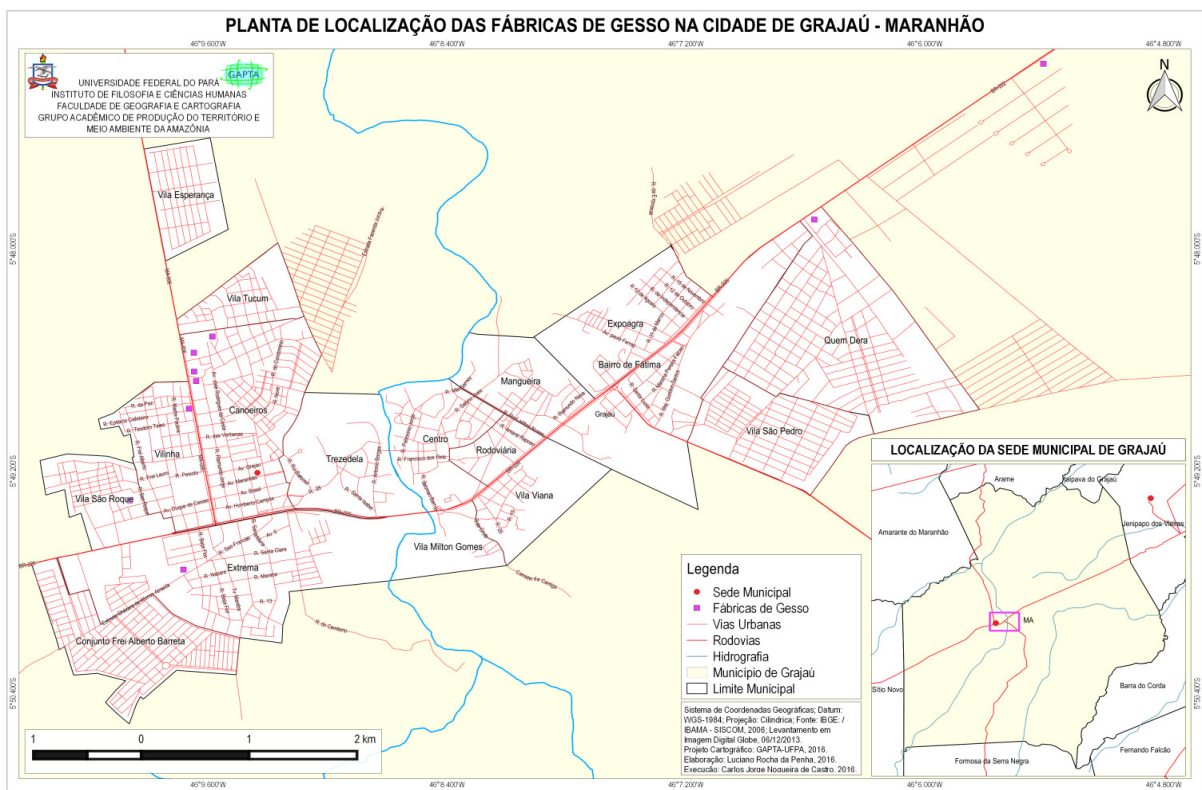
A Revista “Bahia Oportunidades” (2013) destaca que apesar de ter a quinta maior produção de minério do país, a Bahia possui as maiores reservas de gipsita do país, passando a investir na implantação de um polo industrial com grande investimento impulsionado principalmente para a construção civil, além da possibilidade da geração de emprego para boa parte da população baiana.

Palheta da Silva (2013, p. 292) ao citar Silveira (2001, p. 60), no que se refere às configurações do território a partir da atuação de determinadas empresas, destaca que: “Cada empresa, cada ramo da produção produz, paralelamente, uma lógica territorial. Esta é visível por meio do que se pode considerar uma topologia, isto é, a distribuição no território dos

pontos de interesse para a operação dessa empresa”. Cada empresa ao atuar sobre o espaço faz com que o mesmo venha a ganhar novas formas, são as chamadas configurações, e tais configurações dependem das lógicas de cada empreendimento, como no caso do município de Carajás como destaca Palheta da Silva (2013).

Segue abaixo um mapa do município de Grajaú no estado do Maranhão, onde esta sendo apresentada a localização de algumas das fundições de produção de gesso, bem como as fábricas de exploração mineral (gipsita). Esse mapa objetiva destacar acerca da ação de empreendedores dentro dessa área, onde as mesmas ao estarem atuando, podem se tornar as principais responsáveis por grande parte das configurações sucedidas dentro do município.

Mapa 3 - Situação geográfica da distribuição espacial das fábricas de gesso em Grajaú (2016)



Para que se pudesse ter conhecimento acerca das atividades de extração e produção do gesso em Grajaú, foram realizadas entrevistas com alguns dos responsáveis pela administração de algumas das Secretarias do município, bem como um dos empresários de extração de gipsita.

Para que possamos identificar cada entrevistado, denominamos: entrevistado A, entrevistado B e entrevistado C.

Ao serem questionados acerca da produção do gesso em Grajaú, os entrevistados A e B afirmaram ser essencial, uma vez que as atividades são responsáveis por garantir 30% da mão de obra no município. Quando procuramos saber acerca das empresas de extração e produção, afirmaram que município de Grajaú conta atualmente com 4 (quatro) empresas com concessão de lavra (mineradoras), 18 (dezoito) calcinadoras, considerando as de pequeno, médio e grande porte, afirmaram além disso, que houve uma redução na quantidade de empresas de fabricação de placas de gesso, as ditas fundições, e que atualmente há aproximadamente 52 (cinquenta e duas) podendo esse numero diminuir ainda mais.

Segue abaixo um quadro com o nome de algumas empresas de atividade do gesso em Grajaú.

Quadro 1 – Empresas de produção de gesso no município de Grajaú (2016)

<b>NOME DA EMPRESA</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>ÁREA (km<sup>2</sup>)</b>	<b>MÃO DE OBRA</b>
<b>Marlene Costa Lima</b>	Fabricação de Gesso e materiais semelhantes.	10.000,00	42
<b>Marinaldo Al da Silva- Fundição</b>	Beneficiamento de Gesso caulim associado à extração.	9.342,92	32
<b>A C de Oliveira-Gesso Nacional</b>	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes.	10.000,00	36
<b>E Pereira Chaves</b>	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes.	22.400,00	35
<b>Renato A dos Santos Lima-Gesso</b>	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes.	33.600,00 Total dos lotes	55
<b>L T de Souza-Gesso Trindade</b>	Fabricação de gesso e materiais semelhantes	10.000,00	40
<b>S L Mota Melo</b>	Fabricação de gesso e		

	outros artefatos e produtos de concreto, cimento e Fibrocimento	12.422,10 Total de lotes	36
<b>Célia O Costa-Gesso</b>	Fabricação de gesso e outros semelhantes	11.200,00	27
<b>R Alves Carvalho e Cia Ltda</b>	Fabricação de gesso e materiais semelhantes	14.400,00	39
<b>A Gomes Neto-ME</b>	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes.	-	42
<b>Tetramec Calc e Com Gipsita Ltda</b>	Calcinação e comercialização de gipsita.	20.000,00	46
<b>Miguel A C F e Cia Ltda/ Pó da terra</b>	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes.	11.200,00	44
<b>Edvan Ind e Com de Gesso Ltda</b>	Fabricação de Placas de gesso.	10.240,00	29
<b>Gipsomix Min Ind e Comercio Ltda.</b>	Beneficiamento de gesso e caulim associado á extração	17.982,51	40
<b>Genival C Fundação- ME</b>	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes.	5.120,00	15
<b>F F da S Gesso-ME/ Taline gesso</b>	Fabricação e beneficiamento de gesso, cal e caulim associado à extração.	5.120,00	30
<b>S Santos da Silva e Cia Ltda</b>	Fabricação de placa de gesso	11.000,00	38
<b>Lucineide T de Souza</b>	Fabricação de Gesso	10.400,00	13
<b>A D'Eça Reis- ME</b>	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes.	10.240,00	13
<b>João Neto R de Carvalho</b>	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes.	8.800,00 ( área solicitada)	15
<b>M I S Martins</b>	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e	10.000,00	16

	materiais semelhantes.		
<b>Quantidade de empresas</b>		<b>Mão de obra empregada</b>	
21		683	

Fonte: Secretaria Municipal de Indústria e Comércio de Grajaú (2016).

Os entrevistados A e B, afirmaram ter atualmente uma média de 52 (cinquenta e duas) fundições, porém, a tabela acima, apresenta apenas uma quantidade de 21 (vinte e uma).

De acordo com o entrevistado C está ocorrendo a retirada das fábricas próximo às residências dentro do setor urbano principalmente porque as mesmas estavam ocasionando muitos problemas de saúde para os moradores, mais precisamente, problemas respiratórios.

Durante nossa pesquisa de campo, encontramos algumas empresas ainda em funcionamento dentro da área urbana com pouco distanciamento das residências, porém, de acordo com o entrevistado C, recentemente foi decretado que se todas essas empresas não se regularizassem, e se retirasse dessas áreas e passasse a fazer parte de área reservada fora da área urbana (setor industrial) até o dia 7 do mês de maio de 2016 as mesmas seriam embargadas.

De acordo com as palavras do entrevistado C acerca da questão das localizações dessas empresas:

Grajaú tem muitas tanto na área residencial quanto fora da área residencial (...), foi lançado um decreto de janeiro de 2014 nos estipulamos o prazo de um ano pra que a lei se regularizasse, de que forma é feita esse regularização?! (...), primeiro é saindo da, (...) área residencial, é terminantemente proibido essas indústrias de placas de gesso ficarem em áreas residenciais, porque isso (...) vem causando (...) vários problemas respiratórios. (Entrevista realizada durante o trabalho de campo, 2016).

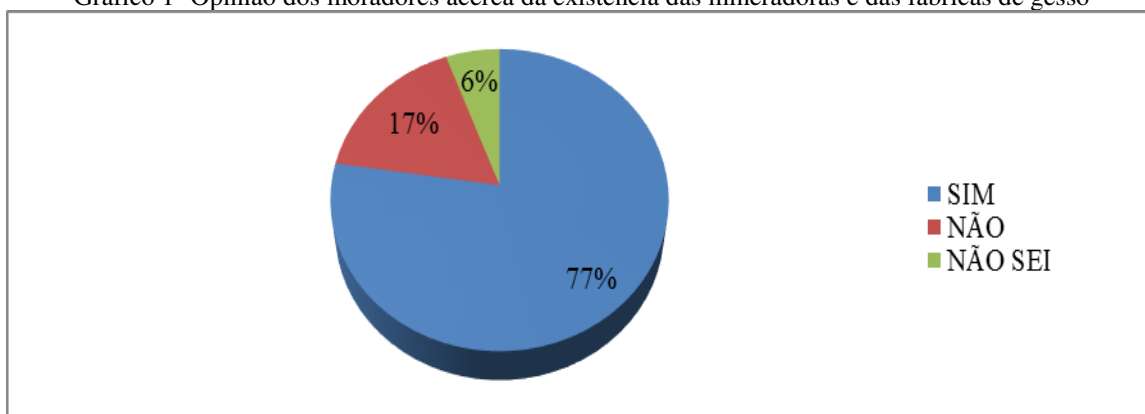
Além disso, também foi aplicado um questionário para a população, principalmente para aqueles próximos às fundições, mesmo próximo a aqueles que haviam saído a pouco tempo da área urbana, afim de que pudesse ser conhecida a visão desses moradores acerca do papel das mineradoras e das fundições no município, bem como acerca do desenvolvimento social, uma vez que como vimos acima, as empresas que trabalham com recursos minerais devem pagar impostos e tais impostos devem ser retornados para a população.

Foi aplicado um questionário para um total de 52 (cinquenta e duas) pessoas dos bairros ao entorno das fundições, com um total de 4 (quatro) questões. Diante das respostas dadas, foi feito gráficos como forma de apresentar em porcentagem as respostas de acordo com cada questão.

Os bairros os quais as aplicações dos questionários foram feitas, a saber: Canoeiro, Vila Tucum, Extrema e Vila Edson Lobão (Vilinha).

Segue abaixo a resposta dos moradores acerca da existência das fundições e fábricas de exploração do minério no município. Conforme é exposto no primeiro (1º) gráfico, muitos dos que consideram as mesmas enquanto relevantes para o município, chegaram a argumentar que essa importância se dá pelo fato de as mesmas podem ser capazes de gerar de emprego e renda, contribuindo para a contratação de mão de obra de moradores do município. Outros responderam que não é uma atividade importante para o município, ao ser questionado acerca de tal afirmação, os mesmos argumentaram que seria pelo fato de as mesmas causarem muitas doenças para os trabalhadores e para a população próxima (pois muitas fundições se encontram/encontravam-se na área urbana). Outros em uma quantidade menor, não souberam ou não quiseram opinar.

Gráfico 1- Opinião dos moradores acerca da existência das mineradoras e das fábricas de gesso



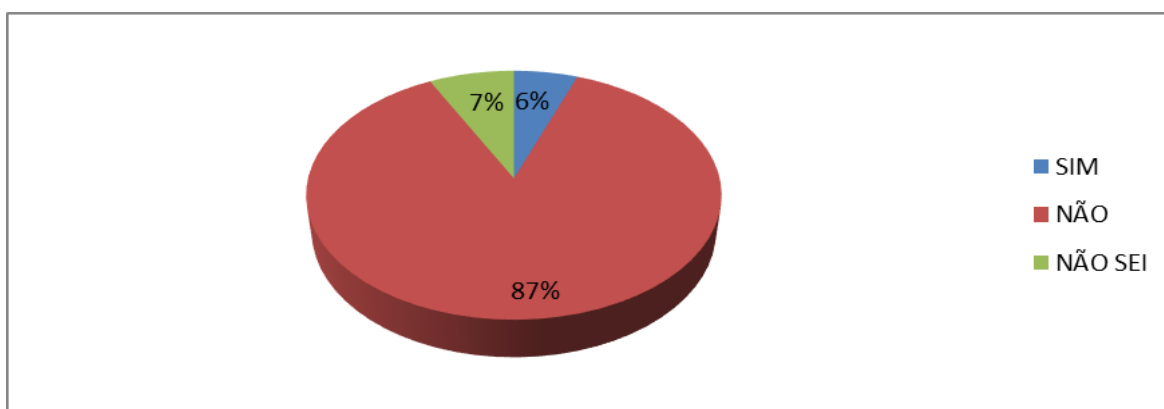
Fonte: Pesquisa de campo (2016)

Monteiro (2004) destaca acerca do retorno dos valores tributários por parte das empresas de mineração, tomando essa questão e trazendo para realidade do Município de Grajaú que também explora recursos minerais, mais precisamente gipsita, por parte de (4) quatro empresas de acordo com os entrevistados A e B, procuramos trazer outra indagação

aos moradores afim de saber se os mesmos podem perceber possíveis melhorias e/ou desenvolvimento dentro do município.

No segundo (2º) gráfico, 87% dos moradores afirmaram não ter havido ou percebido melhorias nas áreas da educação, saúde e saneamento básico no município nos últimos anos, apenas 6% chegaram a afirmar que puderam perceber uma pequena melhoria, porém muitos ressaltaram que ainda tem muito a melhorar, desses moradores, 7% não opinaram.

Gráfico 2 – Opinião dos moradores acerca de investimento em saúde, educação e saneamento básico.

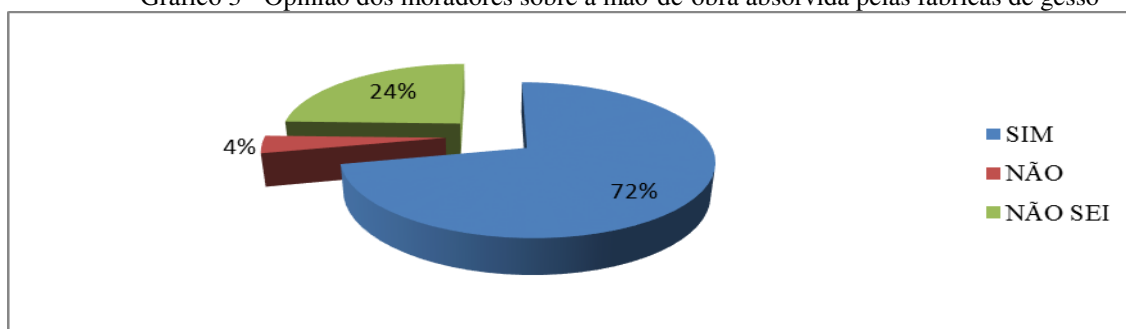


Fonte: Pesquisa de Campo (2016)

As empresas que trabalham com esse tipo de empreendimento necessitam de mão de obra tanto na área da extração quanto nas demais áreas, diante disso, outra questão trazida para os moradores próximos a essas fundições foi acerca da mão de obra empregada, afim de sabermos se de fato essas empresas absorvem os moradores dos bairros próximos.

De acordo com as respostas mostradas no terceiro (3º) gráfico, 72% dos residentes das áreas ao entorno das fundições afirmaram que as mesmas absorviam mão de obra de moradores próximos às mesmas, sendo essa mão de obra composta por homens. 4% disseram que não e 24% não souberam ou não quiseram opinar.

Gráfico 3 - Opinião dos moradores sobre a mão-de-obra absorvida pelas fábricas de gesso

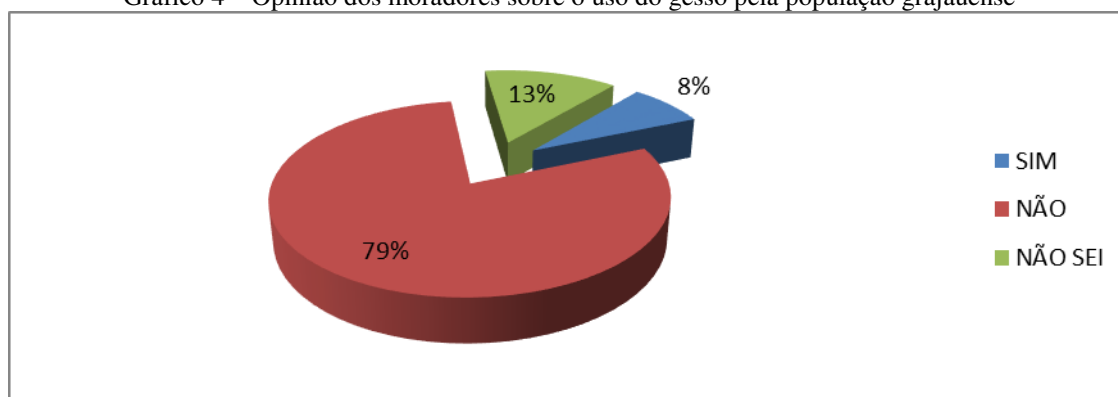


Fonte: Pesquisa de Campo (2016)

Além das questões acima, procuramos ter conhecimento acerca da existência de um possível aproveitamento desse recurso como forma artesanal por parte da população, uma vez que Grajaú se caracteriza enquanto um município que explora jazidas de gipsita e que trabalham com o gesso para a produção de placas, blocos e tijolos. A curiosidade por tal questão surgiu como forma de se saber se a população fazia o aproveitamento do gesso tomando-o como fonte de renda.

De acordo com os resultados mostrados no quarto (4º) gráfico, verifica-se que no município praticamente não há um aproveitamento do gesso por parte da população. Alguns dos entrevistados chegaram a afirmar que quando conheciam a venda de objetos feitos a partir desse material muitos eram vendedores externos, isto é, vendedores de outras cidades ou estados, porém de possíveis artesãos e/ou vendedores dentro deste município, grande parte não tinham conhecimento.

Gráfico 4 – Opinião dos moradores sobre o uso do gesso pela população grajauense



Fonte: Pesquisa de Campo (2016)



Retomando a citação feita por Oliveira (2015) (ver página 40) acerca da produção mineral de gipsita no município de Grajaú enquanto segundo maior polo gesseiro do Brasil, será aqui provado que o mesmo não se inclui e/ou não se encaixa na categoria de segundo maior polo de produção do Brasil, para isso, usaremos os dados disponibilizados pelo AMB (Anuário Mineral Brasileiro) de 2004 ao AMB de 2010.

De acordo com Anuário Mineral Brasileiro do ano de 2010:

As informações constantes no Anuário Mineral Brasileiro – AMB são oriundas dos Relatórios Anuais de Lavra, apresentados pelas empresas com empreendimento mineiro em lavra (ativas ou não), através do sistema RAL, via internet, até o mês de março de cada ano. Alertamos que os dados referem-se sempre ao ano anterior e a responsabilidade do empreendimento do RAL é de técnico largamente habilitado. (ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO, 2010, p. v)

Antes de trazermos dos dados sobre a produção em Grajaú, mostrando que o mesmo não se encaixa na condição de segundo polo gesseiro do Brasil, para isso, será apresentado primeiramente o desempenho do país, passando para o estado do Maranhão fazendo dessa forma uma escala até chegar a Grajaú. Como dito, apresentaremos nesse momento o desempenho em escala nacional, como forma de se ter conhecimento acerca da sua produção lavrável<sup>2</sup> do estado do Maranhão.

Segue um quadro apresentando os estados brasileiros em forma decrescente entre aqueles que extraem o minério gipsita.

Quadro 2 – Estados brasileiros que se destacaram em área lavrável de gipsita em 2009 .

<b>UNIDADE DE FEDERAÇÃO/ MUNICÍPIOS</b>	<b>LAVRÁVEL</b>
Bahia	214.327.000
Pernambuco	197.413.071
Maranhão	16.888.070
Rio grande do Norte	838.804
Tocantins	723.130
Piauí	223.834
Amazonas	133.698

---

<sup>2</sup> De acordo com o Anuário Mineral Brasileiro (2010): “**Reserva Lavrável** - É a reserva “*in situ*” estabelecida no perímetro da unidade mineira determinado pelos limites da abertura de exaustão (cava ou flanco para céu aberto e realces ou câmaras para subsolo), excluindo os pilares de segurança e as zonas de distúrbios geo-mecânicos. Corresponde à reserva técnica e economicamente aproveitável levando-se em consideração a recuperação da lavra, a relação estéril/minério e a diluição (contaminação do minério pelo estéril), decorrentes do método de lavra”.

Ceará	49.264
Pará	-

Fonte: Anuário Mineral Brasileiro (2010)

Esses dados mostram que o estado do Maranhão encontra-se em terceiro lugar no ranking no que se refere à exploração do minério gipsita, perdendo apenas para o estado da Bahia (em primeira colocação), e para o estado de Pernambuco (em segunda colocação). O qual, esta último, de acordo com o Sumário Mineral (2014):

(...) é o principal estado produtor de gipsita do Brasil, sendo responsável, em 2013, por 87,6% do total produzido. Destaca-se o “polo gesseiro do Araripe”, situado no extremo oeste pernambucano e formado pelos municípios de Araripina, Trindade, Ipubi, Bodocó e Ouricuri. Os demais estados produtores de gipsita são: Maranhão (9,1%), Ceará (2,5%), Amazonas (0,6%) e Pará (0,2%). (...).

Trazendo para uma escala menor, apresentaremos o desempenho dos municípios do estado do Maranhão, a partir dos dados referentes aos anos de 2003 a 2019 como já citado, a partir do AMB de 2004 ao AMB de 2010, buscando expor acerca de sua produção e desempenho dentro do estado:

Quadro 3 – Municípios maranhenses que apresentaram área lavrável de gipsita em 2003

<b>DETALHE POR MUNICÍPIO NO ESTADO DO MARANHÃO</b>	<b>LAVRÁVEL</b>
Codó	13.197.808
Grajaú	4.332.008
Balsas	513.600

Fonte: Anuário Mineral Brasileiro (2004)

Quadro 4 – Municípios maranhenses que apresentaram área lavrável de gipsita em 2004

<b>DETALHE POR MUNICÍPIO NO ESTADO DO MARANHÃO</b>	<b>LAVRÁVEL</b>
Codó	13.155.985
Grajaú	4.489.878
Balsas	513.600

Fonte: Anuário Mineral Brasileiro (2005)

Quadro 5 – Municípios maranhenses que apresentaram área lavrável de gipsita em 2005

<b>DETALHE POR MUNICÍPIO NO ESTADO DO MARANHÃO</b>	<b>LAVRÁVEL</b>
Codó	17.960.476
Grajaú	3.930.731
Balsas	513.600

Fonte: Anuário Mineral Brasileiro (2006)

Quadro 6 – Municípios maranhenses que apresentaram área lavrável de gipsita em 2006

<b>DETALHE POR MUNICÍPIO NO ESTADO DO MARANHÃO</b>	<b>LAVRÁVEL</b>
Codó	13.064.096
Grajaú	3.248.564

Fonte: Anuário Mineral Brasileiro (2007)

Quadro 7 – Municípios maranhenses que apresentaram área lavrável de gipsita em 2007

<b>DETALHE POR MUNICÍPIO NO ESTADO DO MARANHÃO</b>	<b>LAVRÁVEL</b>
Codó	12.994.062
Grajaú	3.211.959

Fonte: Anuário Mineral Brasileiro (2008)

Quadro 8 – Municípios maranhenses que apresentaram área lavrável de gipsita em 2008

<b>DETALHE POR MUNICÍPIO NO ESTADO DO MARANHÃO</b>	<b>LAVRÁVEL</b>
Codó	12.935.939
Grajaú	3.197.181

Fonte: Anuário Mineral Brasileiro (2009)

Quadro 9 – Municípios maranhenses que apresentaram área lavrável de gipsita em 2009

<b>DETALHE POR MUNICÍPIO NO ESTADO DO MARANHÃO</b>	<b>LAVRÁVEL</b>
Codó	12.837.274

Grajaú	2.850.796
--------	-----------

Fonte: Anuário Mineral Brasileiro (2010)

Nos Anuários de Mineração Brasileiro de 2004, 2005 e 2006, no que se refere à categoria de uso lavrável de gipsita no estado do Maranhão, são apresentadas as cidades de Codó, Grajaú e Balsas enquanto produtoras, sendo o município de Codó considerado o que mais se destacou na categoria de produção lavrável, enquanto Grajaú aparece em segundo lugar e Balsas em terceira colocação.

A partir dos anuários de 2007 até 2010, a cidade de Balsas deixa de aparecer, se destacando somente as outras duas já citadas, porém, mantendo-se nas mesmas colocações (Codó em primeiro lugar e Grajaú em segundo).

A diferença de produção lavrável de gipsita entre as duas cidades, como se pode perceber, é bem ampla, pois é perceptível que Codó se sobressaiu com produção muito mais elevada em todos os anos.

No Anuário Mineral Brasileiro de 2006, Codó apresentou crescimento significativo, porém diminuindo sua produção no ano posterior (2007), diminuindo um pouco mais em 2008, em 2009 e 2010, o mesmo permaneceu praticamente estável, somente Grajaú apresentou uma redução neste último ano citado.

Com os quadros acima expostos, percebemos uma contradição, uma vez que sendo Grajaú considerada o segundo maior polo gesseiro do Brasil, por Oliveira (2015) supõe-se que sua produção deveria ser mais elevada, porém, quando analisamos a realidade de sua produção durante um recorte temporal de 2003 a 2009 em escala nacional e estadual, percebemos claramente que dentro do próprio estado, a cidade de Codó, leva uma grande vantagem no que se refere à produção lavrável de gipsita.

O Sumário Mineral (2014) cita que: “O governo do Maranhão inaugurou o Distrito Industrial de Grajaú, a 550 quilômetros de São Luís, com investimento de R\$3,9 milhões, a ideia é oferecer uma infraestrutura competitiva para a cidade, conhecida como polo gesseiro, e atrair mais investimentos para a região”. Percebemos aqui que esse Sumário não faz referência ao município acima enquanto segundo maior polo gesseiro do Brasil, diferente do que Oliveira (2015) afirma, sem que apresentar dados concretos que comprovem tal afirmação.

Os que percebemos é que o município de Grajaú não se encontra em estágio de desenvolvimento tão avançado ao ponto de receber a categoria de segundo colocado dentro do

país, pois os dados da mineração trazidos pelos Anuários Mineral brasileiro, apresentados acima, mostram o estado do Maranhão em terceira colocação, e o município de Grajaú em segundo lugar dentro do próprio estado, perdendo a primeira colocação para a cidade de Codó. Isso faz com que essa categoria de segundo maior polo gessífero do país seja desmistificada, pois o mesmo é o segundo, porém, somente dentro do próprio estado.

Devido ao município ter esse tipo de atividade de extração de gipsita e produção de gesso, é importante que se saiba da possibilidade de um retorno social dos valores tributários.

### **3.2 A não tributação e a pobreza**

Tratar acerca da realidade do município é de grande valia para que se possa ter conhecimento sobre o desenvolvimento do mesmo, pois como já visto. Além, disso, a população tem direitos de parte do valor adquirido através das empresas mineradoras, uma vez se tratando de um recurso natural, não deveria ser propriedade de ninguém em específico, por isso, o direito daqueles que não o explora em desfrutar do valor adquirido pela comercialização, como apresenta Monteiro (2004).

A sociedade através do estado poderá receber parte do valor gerado pelas empresas de mineração, pois como foi destacado por Monteiro (2004), pois as jazidas de minério são recursos disponíveis na natureza, o homem apenas se apropria dos mesmos através da exploração e uso, e que as mesmas não deveria ser propriedade de ninguém, mas da sociedade em geral representada pelo Estado, para que pudesse haver uma distribuição justa. Monteiro (2004) discute ainda: “A Constituição Federal de 1988 adotou o princípio segundo o qual os recursos minerais são de propriedade da União e seu aproveitamento é um privilégio que requer uma compensação por parte de quem tem o direito exclusivo de aproveitamento desses recursos. (p. 178).

De acordo com dados do IBGE, a população estimada no município de Grajaú no ano de 2015 foi de 67.626 pessoas, sendo o município com área de 8.863,571 km<sup>2</sup>, e uma densidade de 7,03 (hab/km<sup>2</sup>).

Esse município destaca-se no Anuário Mineral Brasileiro por suas atividades de lavra de gipsita do estado do Maranhão, e mesmo que Grajaú não seja o segundo maior polo gessífero do Brasil, o mesmo se destaca por e suas atividades na categoria lavrável em segunda colocação dentro do estado do Maranhão como já dito.

Vimos acima ainda a opinião de alguns membros da população acerca do desenvolvimento municipal, agora vamos analisar alguns dados disponíveis, pois sabemos o dever das empresas no pagamento de tributos, diante disso, vamos analisar o desenvolvimento do município de Grajaú, uma vez se tratando de extração de produção de gesso nesse local.

Porém, o que vemos a partir do IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), é que o município de Grajaú no ano 2000 apresentou um desenvolvimento de 0,421, e em um período de dez anos, esse mesmo município mesmo com algumas atividades econômicas, entre elas de gipsita, a qual é aqui discutida, apresentou no ano de 2010 um aumento para 0,609.

No que se refere à questão da desigualdade e da pobreza em Grajaú, também buscamos resultados nessa mesma fonte, os dados nos revelam que a realidade do município precisa ser mudado, pois sendo o município rico em recurso mineral, apresentando algumas atividades econômicas, como a exploração da gipsita e produção de gesso, deveria apresentar um crescimento vantajoso.

Quadro 10 – Porcentagem sobre as formas de pobreza em Grajaú

<b>Grajaú</b>	
<b>Mapa de Pobreza e Desigualdade - Municípios Brasileiros 2003</b>	
Incidência da Pobreza	56,37%
Limite inferior da Incidência de Pobreza	46,65%
Limite superior da Incidência de Pobreza	66,09%
Incidência da Pobreza Subjetiva	63,26%
Limite inferior da Incidência da Pobreza Subjetiva	54,75%
Limite superior Incidência da Pobreza Subjetiva	71,77%

Fonte: IBGE (2000).

No quadro acima, juntamente com os dados do IDHM, faz com que a pergunta seja refeita: Onde se encontra a riqueza do município de Grajaú? Uma vez que há não somente a questão da exploração de um recurso natural (gipsita), como também a fabricação de placas, blocos e tijolos, o que por sua vez pode ser capaz de gerar um movimento econômico dentro do município.

O que conseguimos perceber a partir dos relatos dos moradores ao entorno e dos dados a partir do IBGE, é que o município de Grajaú não está se desenvolvendo da forma que se esperava, tendo esse tipo de empreendimento enquanto uma das principais atividades

econômicas, com uma quantidade de 4 empresas de concessão de lavra, uma média de 52 empresas de produção de gesso e 18 calcinadoras. Com essa quantidade de empresas de extração mineral e que tem o gesso como principal atividade, as mesmas podem ser capazes de se fazer imaginar uma possível riqueza devido a existência de empresas de exploração de um minério não metálico, podendo a produção deste ser capaz de gerar uma riqueza para o município, porém, o que é perceptível é que a realidade do mesmo deixa a desejar no que se refere ao desenvolvimento social.

Analisando, Grajaú (2013), a Lei nº 242/2013, denominada “Sistema Tributário Municipal e sobre Normas Gerais e Especiais de Direito Tributário e Ambiental Aplicável no município de Grajaú”, contém nove artigos, no entanto, não há nenhum artigo especial para a tributação mineral, há apenas “Alvará – taxa de fiscalização e funcionamento, conforme o artigo 3º. Sobre a mineração, o item 15. 1, expõe que: “Empresa vinculada à extração de produtos minerais: Médio Porte, reduz 40%, pequeno porte, 50% e microempresa 60%, com redutor de 50% por filial. Dessa forma, conforme Monteiro (2004 e 2007) e Coelho (2005), discutem que não existe tributação sobre a extração e a venda de minerais.

Verifica-se também que Santos (2011), afirma que os polos de desenvolvimento econômico não trazem justiça sociais.

Portanto, os dados analisados demonstram claramente que a extração de gipsita e a produção gesseira em Grajaú não favorece a população grajauense dos benefícios minerais, uma vez que não há uma tributação sobre a exploração.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreendemos acerca das questões tributárias referentes à produção e comercialização dos produtos da gipsita e derivados da mesma no município de Grajaú, fizemos um apanhado acerca das mudanças que se sucederam nas técnicas, tecnologias e ciências a partir da ação do homem, o qual a cada novo ciclo, passa para um grau de complexidade mais elevado, devido à expansão e velocidade com que se sucediam, com isso, causando mudanças nas maneiras de ser estudadas e entendidas as relações produtivas, (onde o homem inevitavelmente se inclui, uma vez que é causador daquilo que existe e/ou venha a existir a seu redor), e o espaço que a cada ação humana, também tende a sofrer transformações, em sua maioria desastrosas e irreversíveis.

Vimos também, que a região Amazônica se destaca por sua grande produção em recursos minerais, região que abrange um grande número de estados, entre eles, quase que totalmente o estado do Maranhão, estado pertencente à região Nordeste do país.

O município citado, mesmo com 4 (quatro) empresas com concessão de lavra, com 18 (dezoito) calcinadoras, e uma média de 52 fundições, algumas delas ainda espalhadas dentro do setor urbano, percebemos claramente que os (supostos) tributos pagos pelas mesmas deixam a desejar, percebemos isto quando analisamos a realidade física do município no que se refere às ruas, também sobre a questão de investimento em educação e saúde para a população do município, o qual de acordo com os dados do IBGE existe um alto grau de pobreza por parte dessa mesma população.

Quanto ao objetivo geral, alcançou-se o resultado de que não há compensação financeira e por conseqüentemente não leva benefícios sociais para Grajaú.

Com relação aos objetivos específicos, o primeiro mostra que a extração e a verticalização beneficiam apenas os donos das lavras e os produtores das placas. Já o segundo objetivo, demonstra-se que não existe a tributação para a extração mineral e também para a produção e venda das placas de gesso.

Também o trabalho mostrou que Grajaú não é o “segundo maior polo gesseiro do Brasil”. Os resultados mostraram que essa afirmação é falsa, uma vez que é o segundo maior polo do estado Maranhão.



## REFERÊNCIAS

ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial.** Tradução: Wolfgang Leo Maar. São Paulo: UNESP, 1995, (Biblioteca básica).

ANDRADE, Manuel. **Geografia, região e desenvolvimento.** 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

\_\_\_\_\_. **Geografia Econômica.** 9ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.

**Bahia Oportunidades.** Revista. Disponível em: <<http://www.sde.ba.gov.br/vs-arquivos/imagens/revista-pdf-5464.pdf>>. Acesso em: 20/02/2016.

BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Anuário Mineral Brasileiro.** Brasília: 2004.

\_\_\_\_\_. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Anuário Mineral Brasileiro.** Brasília: 2005.

\_\_\_\_\_. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Anuário Mineral Brasileiro.** Brasília: 2006.

\_\_\_\_\_. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Anuário Mineral Brasileiro.** Brasília: 2007.

\_\_\_\_\_. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Anuário Mineral Brasileiro.** Brasília: 2008.

\_\_\_\_\_. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Anuário Mineral Brasileiro.** Brasília: 2009.

\_\_\_\_\_. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Anuário Mineral Brasileiro.** Brasília: 2010.

\_\_\_\_\_. Departamento Nacional da Produção Mineral. **Balanco Mineral Brasileiro.** Brasília: 2001.

\_\_\_\_\_. Departamento Nacional da Produção Mineral. **Informe Mineral.** Brasília: janeiro-junho, 2015.

CLAVAL, Paul. Geografia econômica e economia. **Geotextos**, vol. 1, n. 1. 2005, p. 11-25.

COELHO, Maria Célia Nunes. Et al. Regiões do entorno dos projetos de extração e transformação mineral na Amazônia oriental. **Novos Cadernos NAEA.** v. 8, n.2, p. 73-107, dez. 2005.

EGLER, Claudio A.G. **Que fazer com a Geografia Econômica neste final de século?** São Paulo, 1994, p. 1-8.

ENRÍQUEZ, M.A.R.S; Royalties da mineração : instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável de regiões mineradoras na Amazônia oriental? **Cadernos do IG/UNICAMP**, Campinas, v. 08, n.1/2, p. 03-21, 2000.

GRAJAÚ. CÂMARA MUNICIPAL DE GRAJAÚ. Lei nº 242/2013 – **Sistema Tributário Municipal e sobre Normas Gerais e especiais de direito Tributário e Ambiental Aplicável**. Grajaú, 2013.

GOOGLE IMAGENS – **Mapa do Estado do Maranhão**.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: tradução: Carlos Szlak, Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística). **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM**. Disponível em: < <http://cod.ibge.gov.br/12W3>>. Acesso em 18/02/2016.

IBGE: (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística) **Mapa de Pobreza e Desigualdade – Municípios Brasileiros**. 2003. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/525z>>. Acesso em: 10/02/2016.

MARANHÃO. **Secretaria de Estado de Indústria e Comércio**.

MENDONÇA, Sonia. **A industrialização brasileira**. São Paulo: Moderna, 1995. (Coleção Polêmica)

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Amazônia: mineração, tributação e desenvolvimento social. **Novos Cadernos NAEA**. v. 1, n. 2, p. 159-186, dez. 2004.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes. Mineração e entropia: notas sobre interação com processos de desenvolvimento. **Novos Cadernos NAEA**. v .10, n. 1, p. 23-44, jun. 2007.

OLIVEIRA, Maria Eunice de Sousa. **O impacto da produção de gesso na saúde do operário: um estudo de caso numa fábrica do município de Grajaú-MA**. UFMA, 2015.

PALHETA DA SILVA, João Márcio. **Território e mineração em Carajás**. 1ª Ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993, p. 223-269.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. **Economia espacial: críticas e alternativas**. Tradução: Maria Irene de Q. Szmrecsányi. 2ª Ed. São Paulo: Edusp, 2011.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 4ª ed. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

**Simpósio Polo Gesseiro do Araripe: potencialidades problemas e soluções**. Agosto, 2014.

SOUSA, Salviana de Maria Pastor Santos. Organização e gestão das ações financiadas com recursos do fundo de combate e erradicação da pobreza no Maranhão. In: **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**; São Luís. 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério; SANTOS, Leandro Bruno. **O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras**. 1ª Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

## **APÊNDICE A**

### **QUESTIONÁRIO (Secretários)**

- 1- Quantas e quais empresas de mineração bem como de fabricas de produção de gesso são registradas no município de Grajaú?
  
- 2- Existe isenção de impostos para alguma empresa que trabalham com o gesso no município?
  
- 3- Qual a porcentagem do valor repassado por cada empresa para o governo?
  
- 4- Qual a porcentagem de exportação desse produto, e da mercadoria consumida no município?
  
- 5- Qual a participação das mesmas no desenvolvimento social do município?

## APÊNDICE B

### ENTREVISTA (para os moradores ao entorno da fundições)

1- A quanto tempo você mora no Bairro \_\_\_\_\_?

---

---

2- Em sua opinião, as fábricas de gesso são importantes para o município e para a população?

Sim             Não             Não sei

3- Com relação à questão de desenvolvimento social, você acha que ocorre um investimento em Educação, Saúde, Saneamento Básico?

Sim             Não             Não sei

4- Você sabe se a maioria da mão de obra nas fábricas é composta pelos moradores do bairro?

Sim             Não             Não sei

5- O município ao extrair esse recurso esta dando também à população a oportunidade em usa-lo para a produção de outras coisas além de placas que já são produzidas por muitas empresas. Você sabe se ocorre de fato um aproveitamento do gesso por parte da população?

Sim             Não             Não sei